no Diário da Justiça e Diário Oficial de MT. Publicações de Notas, Editais e Balanços

E-mail: facilit_mt@terra.com.br Fone/Fax: 624-1023

FACILITA

Acompanhamento de Publicações

6.930

Nº 108568

14/07/04 CIRC .:

www.facilitmt.com.br

1ª VARA DE TRABALHA

PROCESSO N: 01896

EXEQUENTE RECLAMANTE RECLAMADO

S INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL CECI CAMPOS
CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT

DJMT:

ADVOGADO | AGRICOLA PAES DE BARROS

CAMPO! we ei



Sind

530

Governo do Estado de Mato Grosso Companhia Matogrossense de Mineração

EXLENTISSÍMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CUIABÁ – MATO GROSSO.

Proc. nº 01896.1996.001.23.00-6

CECI CAMPOS

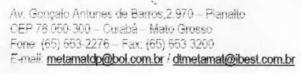
COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, já devidamente qualificada nos autos em epigrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência via seu procurador e advogado que a esta subscreve requerer pela atualização das custas, honorários periciais e INSS, para fins de quitação.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Cuiabá - MT, 17 de maio de 2004.

Agrícola Paes de Barros OAB – MT 6.700









COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT



Cuiabá - MT, 14 de Agosto de 2.002.

MEM. 023/02

DA: ASSESSORIA JURÍDICA

copra

AO: DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Ubaldo Fernandes Cassiano

Senhor Diretor,

Solicitamos, a Vossa Senhoria, que sejam providenciados os pagamentos dos valores abaixo relacionados, provenientes das Reclamações trabalhistas a seguir, sob pena de execução.

Processo Siex n.º 0585/1998

Reclamante: CECI CAMPOS

R\$ 346,64 - Referente aos Honorários Periciais.

R\$ 113,55 - Referente as Custas Processuais.

R\$ 1.831,76 - Referente a Contribuição Previdenciária.

Total (em 30/04/2002): R\$ 2.291,95

Processo Siex n.º 0118/1997

Reclamante: BOLIVAR FIGUEIREDO

R\$ 3.704,74 - Referente a Contribuição Previdenciária.

Total (em 30/04/2002): R\$ 3.704,74

Os valores acima discriminados integram um total de R\$ 5.996,69 (cinco mil novecentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos).

Sem mais para o momento, reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

MARCELA MEIRELLES NEVES AUDE Assessoria Jurídica

Av. Jurumirim, n.º 2970, Bairro Carumbé, Cuiabá (MT), CEP: 78. 050.300

Recesi em 14/08/0 Ellevide



noB 6080



JUSTIÇA DO TRABALHO GUIA DE DEPÓSITO/LEVANTAMENTO

PROCESSO SIEx/000585/1.	.998	NMR.DA GUIA 002735/2002	AGÊNCIA	operação	NÚMERO DA CONTA	D
DEPÓSITO	X DINHEIRO	CHEQUE		DEPÓSITO	R\$1.8	31,76
EXEQUENTE RECLAMANTE RECLAMADO	CECI CAMPOS	UTO NACIONAL DO	SEGURIDAL	DE SOCIAL	rá liberado após a cobrança.	
PAGUE-SE A :			CONTRIE	aliko autenti BUIÇÃO PREV ECUTADA	CADO CORRESPONDE VIDENCIÁRIA-DEPO	DSITADO
CUIABÁ-MT, 16/	09/2002		AUTENTI	CAÇÃO BANCÁRI	(A	
RAIMUNDO ALME		N.	E	B 38340152 i	9092002	1.831,7¢D

no13 6080

BB

JUSTIÇA DO TRABALHO GUIA DE DEPÓSITO/LEVANTAMENTO

BANCO DO BRASIL

PROCESSO SIEx/000585/	1.998	NMR.DA GUIA 002715/2002	AGÊNCIA	OPERAÇÃO	NÚMERO DA CONTA	D
DEPÓSITO LEVANTAMENTO EXEQUENTE RECLAMANTE RECLAMADO	INSS INST	CITUTO NACIONAL DO	O depósito em	E SOCIAL	R\$1.831,	76
PAGUE-SE A :					cado corresponde a : IDENCIÁRIA	
CUIABÁ-MT, 16/	09/2002		AUTENTICA	ÇÃO BANCÁRIA		
RAIMUNDO ALMI Chefe de Seçã		ZA	BB 12160247	06092002	1.831,7600	1172



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES — SIEX.

coma

Processo Siex n.º 000585/1998

Exequente: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

Reclamante: CECI CAMPOS

Reclamado: CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO - CODEMAT

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de sua procuradora que a esta subscreve, requerer a juntada das inclusas guias de contribuição previdênciária, DARF e honorários periciais – depositada pela executada devidamente pago, no importe de R\$ 1.831,76 (um mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos), R\$ 113,55 (cento e treze reais e cinqüenta e cinco centavos) e R\$ 346,64 (trezentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Cuiabá - MT, 30 de setembro de 2.002.

NEWTON RUIZ DA COSTA Z FARIA OAB/MT 2.597

nors 6063

O CPF OU CGC	
	03.474.053/0001-32
A RECEITA	1505
e referência	SIEx/000585/1.998
VENCIMENTO	16/09/2002
PRINCIPAL	R\$113,55
MULTA	
JUROS E/OU - 1.025/69	
TAL	R\$113,55
ÃO BANCÁRIA (Somente	nas 1ª e 2ª vias)
	AÇÃO BANCÁRIA (Somente

BB

BANCO DO BRASIL

GUIA DE DEPÓSITO/LEVANTAMENTO

PROCESSO NMR.DA GUIA 002717/2002	AGÊNCIA OPERAÇÃO NÚMERO DA CONTA D
DEPÓSITO X DINHEIRO CHEQUE LEVANTAMENTO EXEQUENTE INSS INSTITUTO NACIONAL DO RECLAMANTE CECI CAMPOS RECLAMADO CIA DE DESENVOLVIMENTO DE 1	O depósito em cheques somente será liberado após a cobrança. SEGURIDADE SOCIAL
PAGUE-SE A :	O VALOR ABAIXO AUTENTICADO CORRESPONDE A : HONORÁRIOS PERICIAIS
CUIABÁ-MT, 16/09/2002 RAIMUNDO ALMEIDA DE SOUZA Chefe de Seção	AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS VARAS DO TRABALHO DE CUIABÁ – MT.

COPIA

Processo Siex no : 585/98 Exequente: Ceci Campos

Executado: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO — METAMAT

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO — METAMAT, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu procurador *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do anexo instrumento procuratório, bem como que sejam alterados os nomes dos antigos procuradores da capa dos autos, para então, fazer constar nas publicações os nomes dos atuais procuradores.

Nestes termos, pede deferimento. Cuiabá, 13 de Março de 2002.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA OAB/MT 2.579 FTCBA/017063.2002/19-03-2002/12:30/4

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

THY

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO

1ª JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.N°: 01.974-I

(RECLAMADO)

07/11/96

PROCESSO N°:

1.896/96.

AUDIÊNCIA :

27 de novembro de 1996, quarta-feira, às 13:45 horas

RECLAMANTE

CECI CAMPOS

RECLAMADO

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

Fica V.Sa. NOTIFICADO(A) a comparecer à AUDIÊNCIA que será realizada no endereço, e na data e hora acima mencionados, e apresentar DEFESA (art.846,da CLT) com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845, da CLT),devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu advogado, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1° do art. 843 consolidado.

O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

Em anexo a cópia da inicial. /

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destolatário, via postal em

Diretor de Secretaria

Anis Carlos de 8. Sereira

RECEBI 18,11,96

CONTRATO ECT /DR/ MT

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO-BLOCO DA FEMA CPA CUIABÁ - MT



Ceci Campos ADVOGADA OAB-MT N.º 1940

EXMO. SR. JUIZ DO TRABALHO DA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DESTA CAPITAL.

CPA Oak PA. O) (1) CI

CECI CAMPOS, brasileira, advogada inscrita na OAB/MT sob nº 1940, divorciada, ex-servidora da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso- CODEMAT-, portadora do R.G. nº 1.184.979-7-SSP/MT e do CIC nº 380.520.758-15,, residente e nº 765- Bairro Boa Esperança nesta Capital, domiciliada á Rua 46 casa, com escritório Profissional localizado á Avenida Isaac Póvoas, nº 1330, Edificio Milão sala 11 - 1º andar, endereço que oferece para receber citações e intimações de estilo, amparada na parte final do Artigo 36 do C.P.C, postulando em causa própria, vem a presença de Vossa Excelência, propor a presente:

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

contra a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO- CODEMAT, empresa pública de Economia mista, sediada no Centro Político Administrativo, Bloco Fema- Cuiabá-MT, que deverá ser notificada na pessoa de seu Liquidante ou de seu representante legal pelos motivos fáticos e de direito a seguir expostos:-

Ceci Campos

1- A Reclamante fora admitida em 02/04/1.981, pela Reclamada conforme consta de seu Registro de nº 655 de cuja Carteira de Trabalho nº 39.160 Série nº 143, para exercer o Cargo de Advogada em JUINA/MT, tudo de conformidade com o seu Contrato de Trabalho em anexo (doc.), tendo sido imotivadamente despedida em 30/07/1996, sem receber corretamente as parcelas a que tem direito, como expõe a seguir. Assim vejamos:

I -IRREGULARIDADES APRESENTA-DAS NOS DEPÓSITOS DO F.G.T.S, CONSEQUENTEMENTE NAS DEVIDAS CORREÇÕES, DESDE A SUA ADMISSÃO.

1- A Demanda relaciona-se à ausência de recolhimento dos valores devidos ao F.G.T.S. referentes à conta vinculada da Reclamante, nos período de maio/81 a junho de 1.985, agosto/85 setembro/85, novembro/85, dezembro/85, fevereiro/86, março/86, maio/86, julho/86, agosto/86, setembro/86, outubro/86, novembro/86, dezembro/86, julho/86, janeiro, fevereiro, março/87, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro/87, janeiro a dezembro/88, janeiro a dezembro/89, janeiro a dezembro/90, janeiro a dezembro/91, janeiro a dezembro/92, janeiro, fevereiro, março, abril, maio /93, novembro, dezembro/93, janeiro, fevereiro, março, abril, maio junho, julho, agosto/94, julho/95, junho, e julho/96.

Sendo a Reclamante admitida em 02/04/1981, após requerer ao Banco do Brasil, Bamerindus S/A, Bemat, Banco Cidade em São Paulo e finalmente C.E.F, obtendo as seguintes resposta de cujos extratos analíticos mostraram a seguinte realidade documentos em anexo:

2 - BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO - BEMAT.

2.1- Somente em 29/08/86 foram depositados em atraso abril/86	811 52
2.2- Em 19/04/90 depósito de transferência a crédito	19.08

3- Os extratos analíticos do BANCO CIDADE DE SÃO PAULO, apresentam:

3.1- Em 30/08/1985 depósito de julho /85	550 251 00
3.2- Em 29/11/1985 depósito de outubro/85	315 569 00
3.3- Em 28/02/1986 depósito de janeiro/86	275.125,00

— Fone: 624-7456 - Fax: 661-3151 — Rua Comandante Costa n.º 89 - Centro - CUIABÁ - Mato Grosso lele

Ceci Campos

ADVOGADA OAB-MT N.º 1940

1	3.4- Em 30/05/86 depósito de abril /86	275,12
	3,5- Em 30/05/86 depósito de abril/86	520,94
	3.6- Em 16/05/86 depósito de abril/86	520,94
	3.7- Em 31/07/86 depósito de Junho/86	515,24
	3.8- Em 18/06/87 depósito de Abril/87	12.179,95
	3.9- Em 11/03/88 depósito dezembro /87	541,79

4-O extrato analítico da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, apresenta:

4.1- Em 30/07/93 depósito em atraso Junho/93	6.800.984,72
4.2- Em 06/08/93 depósito de Julho/93	4.526,94
4.3- Em 28/09/93 depósito em atraso de agosto/93	5.216,06
4.4- Em 29/10/93 depósito em atraso setembro/93	10.536,88
4.5- Em 05/11/93 depósito de outubro/93	12.193,93
4.6- Em 07/06/96 depósitos em atraso Janeiro/95	116.37
4.7- Em 07/06/96 depósito em atraso fevereiro /95	124,93
4.8- Em 07/06/96 depósito em atraso março de /95	117,23
4.9- Em 07/06/96 depósito em atraso abril/95	188,14
4.10- Em 07/06/96 depósito em atraso de maio /95	120,86
4.11- Em 07/06/96 depósito em atraso de Junho/95	244,94
4.12- Em 07/06/96 depósito em atraso de Agosto/95	118,49
4.13- Em 07/06/96 depósito em atraso de setembro/95	117,40
4.14- Em 07/06/96 depósito em atraso de outubro/95	108,85
4.15- Em 07/06/96 depósito em atraso de novembro/95	121,32
4.16- Em 07/06/96 depósito em atraso de dezembro/95	123,91
4.17- Em 07/06/96 depósito em atraso de Janeiro/96	122,25
4.18- Em 07/06/96 depósito em atraso de Fevereiro/96	129,05
4.19- Em 07 /06/96 depósito em atraso de marco/96	124,41
4.20- Em 07/06/96 depósito em atraso de abril/96	121,05
4.21- Em 07/06/96 depósito em atraso de maio/96	113.27
4.22- Em 07/06/96 depósito em atraso de setembro /94	100,64
4.23- Em 07/06/96 depósito em atraso de outubro /94	99,48
4.24- Em 07/06/96 depósito em atraso de novembro/94	113.67
4.25- Em 07/06/96 depósito em atraso de dezembro/94	50,31

5- Como preceitua a Lei nº 8036/90 em seu artigo 25, a Empresa Reclamada deve ser compelida a efetuar os depósitos fundiários que deixou de recolher dentro do prazo legal, não procedidos, com as cominações previstas no artigo 22 da referida Lei, bem como a liberar os mesmos, através da AM respectiva ou alternativamente, com o pagamento dos valores equivalentes.

— Fone: 624-7456 - Fax: 661-3151 — Rua Comandante Costa n.º 89 - Centro - CUIABÁ - Mato Gros



Ceci Campos ADVOGABA OAB-MT N.º 1940

Tanto é a expressão da verdade que foi movido pelo próprio Sindicato em 14 de Janeiro de 1.992, uma Ação específica, para a Reclamada proceder ao recolhimento, conforme comprova doc. anexo.

ART. 25- Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos da Lei.

ART. 22-O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no artigo 15, responderá pela atualização monetária da importância correspondente. Sobre o valor atualizados dos depósitos incidirão ainda juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês e multa de 20% (vinte por cento), sujeitando-se, também, as obrigações e sanções previstas no Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968.

II- DAS DIFERENÇAS SALARIAIS POR DESCUMPRIMENTO DE NORMA COLETIVA.

-Firmou a Reclamada com o Sindicato obreiro o termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 28/07/90 e registrado na D.R.T/MT sob o nº 204/90 reposição de perdas salariais ocorridas anteriormente, que seriam integradas ao salário para todos os efeitos legais, doc anexo.

" - Por consenso mútuo, deliberaram as partes signatárias deste Termo Aditivo, que esta mesma política salarial ali definidos seriam aplicados aos Servidores da Codemat, assegurados assim os direitos configurados no quadro abaixo:-

1- MÊS REP. SALARIAL GANHOS REAIS POLÍTICA SAL.

Outubro	-	6,09%	
Novembro	3%	-	
Dezembro	3%	6.09%	IPC- SET/OUT/NOV
Janeiro	3%	_	-
Fevereiro	8%	6,09%	<u>.</u>
Março	12,55%	•	IPC-DEZ/JAN/FEV
Abril	12,55%	6,09%	
Maio	44,80%	•	-

- Fone: 624-7456 - Fax: 661-3151 -

Mato Grosso ______

Ceci Campos ADVOGADA OAB-MT N.º 1940

- 2- Até o mês de fevereiro de 1991, a avença foi integralmente satisfeita, sendo entretanto, inexecutada a partir do mês de março daquele mesmo ano. Portanto, neste caso, é a Reclamante credora de diferenças salariais a serem aferidas com a aplicação dos seguintes índices:
- 2.1- 94,57% no mês de março/91 (12,55% da reposição pactuada, mais os IPC'S dos meses de dezembro/90, janeiro/91 e fevereiro/91 de 18,30%, 19,91% e 21,87% respectivamente), sobre os salários de fevereiro/91;
- 2.2- no mês de abril/91, 19,40% (correspondendo aos 12,55% mais 6,09%) sobre os salários de março/91, e
- 2.3- a partir do mês de maio/91 44,80% sobre os salários de abril/91, incorporando-se este percentual definitivamente aos salários da Reclamante.
- 2.4- Da mesma forma não foram cumpridas os instrumentos Coletivos dos anos de 1993/94, 1994/95 ,1995/96 e de 1996/97, conforme instrumento em anexo.
- 2.5- Estas diferenças devem refletir nas férias, 13º salários, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do artigo 22 da Lei nº 8,036/90, tendo em vista que possui a característica de reposição de perdas ocorridas antes da concessão, ao contrário da antecipação que deve ser deduzida na data base.

III- DO ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS.

- 1- Sucessivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais, causando transtornos e prejuízos a Reclamante, além do descumprimento de preceito Constitucional, que determina o pagamento dos salários dos servidores até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.
- 2- Dos levantamentos estimativos feitos pela própria Reclamante, eis a síntese desses atrasos:

Pagamento dos salários do mês de	Efetuado no dia
Janeiro/91	18/04/01
Fevereiro/91	18/05/01
Março/91	18/06/91
ADNI/91	14/06/91
Maio/91	19/07/91

— Fone: 624-7456 - Fax: 661-3151 — Rua Comandante Costa n.º 89 - Centro - CUIABÁ - Mato Gro

lde



Ceci Campos ADVOGADA OAB-MT N.º 1940

Junho./91	16/08/91
Julho/91	17/09/91
Agosto/91	10/10/91
Setembro/91	08/11/91
Outubro/91	11/12/91
Novembro/91	09/01/92
Dezembro/91	02/04/92
T	
Janeiro/92	21/02/92
Fevereiro/92	19/03/92
Março/92	15/04/92
Abril/92	15/05/92
Maio/92	18/06/92
Junho/92	16/07/92
Julho/92	18/08/92
Agosto/92	16/09/92
Setembro/92	21/10/92
Outubro/92	17/11/92
Novembro/92	16/12/92
Dezembro/92	10/01/93
Janeiro/93	16/02/93
Fevereiro/93	15/03/93
Março/93	19/04/93
Abril/93	17/05/93
Maio/93	18/06/93
Junho/93	19/07/93
Julho/93	16/08/93
Agosto/93	20/09/93
Setembro/93	
Outubro/93	19/10/93
Novembro/93	18/11/93
Dezembro/93	23/12/93
Dezemblo/93	18/01/94
Janeiro/94	21/02/94
Fevereiro/94	21/03/94
Março/94	25/04/94
Abril/94	16/05/94
Maio/94	13/06/94
Junho/94	14/07/94
Julho/94	15/08/94
Agosto/94	14/09/94
Setembro/94	17/10/94
Outubro/94	21/11/94

— Fone: 624-7456 - Fax: 661-3151 —
Rua Comandante Costa n.º 89 - Centro - CUIABÁ - Mato Grosso



Ceci Campos

OAB-MT N.º 1940

Novembro/94	25/01/95
Dezembro/94	23/03/95
Janeiro/95	22/02/95
Fevereiro/95	09/05/95
Março/95	02/06/95
Abril/95	02/06/95
Maio/95	28/06/95
Junho/95	09/08/95
Julho/95	26/00/05

3- Em face dos atrasos acima, é a Reclamante credora de correção monetária, sobre os salários pagos com atraso, nos termos do artigo 147 e seus parágrafos da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Agosto/95

IV- DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE INSTRUMENTOS COLETIVOS.

1- As Cláusulas dos respectivos termos aditivos do Acordo Coletivo 90/91 e dos dissídios coletivos 94/95, 95/96 e 96/97, prevêem o pagamento de multa correspondente ao se dar o não cumprimento do mesmo, assim sendo é o que ocorreu, até a data que a Reclamante fora demitida, não havia recebido qualquer pagamento.

V - Pelo acima exposto, e de tudo que consta nos autos, ficou demonstrada a lesão aos direitos, formulada pela RECLAMANTE, razões que R E Q U E R á Vossa Excelência, os pedidos abaixo, em valores apuráveis na liquidação de sentença:-

1)- pagamento das diferenças salariais em face da aplicação dos percentuais de 94,57% no mês de março/91; em abril /91,0 valor de 19,40% sobre os salários de março/91; e em maio/91,0 valor de 44,80%, sobre os salários de abril/91, com a incorporação definitiva desses índices aos meses subsequentes.

2)- pagamento dos reflexos das diferenças supra nas férias, 13° salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do artigo 22 da Lei nº 8.036/90;

23/10/95

Ceci Campos ADVOGADA OAB-MT N.º 1940

3)- Pagamento da correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários e a respectiva multa prevista nos Instrumentos Coletivos de Trabalho, conforme fundamentação.

4)- pagamento da multa prevista nos Instrumento Coletivos de Trabalho conforme documentação em anexo.

5)-pagamento dos depósitos do FGTS, relativos aos meses que não foram efetuados, ou pagamento dos valores equivalentes corrigidos, com reflexos na multa resilitória de 40%.

6)--Multa por atraso no pagamento das verbas resilitórias, haja vista que este se deu após o prazo legal, sendo a rescisão assinada em 30/06/96 e deveria ser pago até o dia 30/07/96, e foi pago fora do prazo legal em 03/07/96. (art.477; §§ 6° e 8° da CLT).

7- Diferenças salariais decorrentes dos Dissídios coletivos de 94/95/; 95/96 e 96/97.

8- Pede mais a condenação da Reclamada nas custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, de acordo com a Lei 8.906/94.

9- Protesta pela oportuna produção de provas, requerendo, desde logo, com base no art.355 e sob as penas do art.359, ambos do CPC, que a Empresa seja compelida a apresentar cópias de todos os holerites de pagamento da Reclamante, como poderão comprovar o não cumprimento dos reajustes salariais, estabelecidos na norma coletiva aqui invocada, bem assim, dos atrasos no pagamento mensal.

10- Com apoio do art. 735 da CLT e a Lei nº8.036/90, pede que a Caixa Econômica Federal seja notificada a fornecer cópias dos extratos analíticos das contas do F.G.T.S. existentes em nome da Reclamante, com vistas à comprovação do não recolhimento dos respectivos depósitos fundiários pelo Reclamado.

Jolo



Finalmente, REQUER a notificação da Empresa Reclamada para a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, com o depoimento pessoal de seus prepostos, ouvida de testemunhas, juntada de documentos e que, ao final seja o Empregador condenado nos pedidos supra, com juros, correção monetária e demais cominações legais.

Dá-se à causa, para efeito meramente de alçada, o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Cuiabá, 16 de outubro de 1.996.

Termos em que Pede e Espera Deferimento.

CECI CAMPOS OAB/MT-1940.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO

PROCESSO No. 1.896/96

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, sociedade de economia mista, com sede e estabelecida nesta Capital, no Centro Político e Administrativo - CPA, Palácio Paiaguás, devidamente inscrita no CGC(MF), sob o No. 03.474.053/0001-32, neste ato representada por seu liquidante, DR. JOSÉ GONÇALVES BOTELHO DO PRADO, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC, sob o No. 2.291-MT, nos autos de

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

que lhe move CECI CAMPOS, processo supra, em trâmite por essa Junta e Secretaria, por seus procuradores infrafirmados, constituídos na forma do incluso mandato (doc.01), advogados, regularmente inscritos na OAB/MT, sob os Nos. 2597 e 4328, com endereço na sede da Reclamada, local indicado a receber as intimações, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

aduzindo para tanto as razões fáticas e de direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

1 - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Efetivamente, como declinado na inicial, a autora fora contratada na data de 02.04.81 para trabalhar na Reclamada. Todavia, quanto à ininterruptividade da vigência do contrato trabalhista que em tela, espertamente omitiu-se a Reclamante ao buscar a tutela jurisdicional aos seus pretensos direitos.

Ocorreu, MM. Juiz, que a Reclamada, sponte sua, conforme se vê dos documentos que vão instruindo a presente, requereu o seu afastamento do quadro de funcionários da Reclamada, pelo período de 02 (dois) anos, sem a respectiva remuneração, para tratar de assuntos de interesse particulares.

Tendo lhe sido deferido esse pleito através do atinente procedimento *interna corpore* da empregadora, feito que recebeu tombamento sob o nº 1.811/87, datado de 12.03.87, realmente afastou-se a Reclamante das funções para as quais havia sido contrata, operando-se, assim, de pleno direito a suspensão do seu Contrato de Trabalho.

Atingido foi, portanto, o contrato laboral, a partir de 13 de abril de 1.987, fazendo suspender, por consequência, as obrigações patronais inerentes à regularidade da relação, tanto principais quanto acessórias e principalmente aquelas de cunho indenizatório como se apresenta o depósito a favor do empregado a título de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a mais indenizatória das verbas indenizatórias, instituída como sucedâneo da estabilidade.

Muito embora houvesse o prazo formal da licença concedida expirado em 13 de abril de 1.989, permaneceu a Reclamante, por sua própria conta e risco sem retornar às suas funções, até 25 de fevereiro de 1.991, época em que solicitou prorrogação do seu afastamento nas mesmas condições primitivas, até 02 de maio de 1.993.

Tal pedido foi deferido pela direção da Companhia Reclamada através do processo interno nº 249/91.

A reclamada dispõe de informações de que a autora, no período em que esteve afastada, vinculou-se contratualmente ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, onde naturalmente lhe foram conferidos os direitos trabalhistas que ora postula reconhecidos como obrigação atribuível à Reclamada.

No sentido da comprovação dessa assertiva, foi endereçado expediente àquela Corte de Justiça, conforme se comprova pelo documento que também vai junto à presente, cuja resposta oportunamente será colacionada ao presente feito.

Releva frisar, todavia, que a própria solicitação de prorrogação encaminhada pela Autora na data de 25.02.9l, já confirma a sua declinada vinculação a outro órgão da administração pública, tendo em vista os termos

em que vasada sua solicitação, haja vista seu pedido literal de prorrogação de "disponibilidade". Ora, se havia a hipótese de "disponibilidade" é porque a servidora prestava serviços a outro órgão.

. . 37.

É importante esclarecer que a situação funcional da ex-servidora perante a Reclamada naquele período era de suspensão contratual a pedido dela própria, como faz certo a inclusa documentação, e não de disponibilidade, termo utilizado impropriamente por ela em seu requerimento, e que apenas vem comprovar a vinculação que a envolvia relativamente a outro órgão, fato que nunca foi do conhecimento da ora Reclamada.

É até provável, e isso se torna patente ante a investida da Autora contra a Reclamada, que ao utilizar o termo "disponibilidade", ao requerer mencionada prorrogação de afastamento, aquela já tencionava em futura ação trabalhista postular direitos que não lhe eram atribuídos pela sua situação fático-funcional.

Isto se evidencia, pelo simples fato da vedação legal à cumulação de salários no âmbito da administração pública, e por conseguinte da atribuição de obrigações trabalhistas a órgãos distintos simultaneamente.

De correto existiu o fato de que a Reclamante teve o seu contrato de trabalho suspenso no interregno compreendido entre 13.04.87 a 02.05.93, nada lhe sendo, portanto, devido durante esse hiato, quer seja a título de FGTS quer seja com relação a reajustes salariais por força do Acordo Coletivo brandido, ou ainda a juros por atraso no pagamento dos seus salários, que obviamente também não lhe foram devidos.

De duvidoso, porém de fácil constatação, como se fará após retorno à solicitação ao Tribunal de Justiça local, existe ainda o fato de que a autora vinculou-se contratualmente, durante todo o período compreendido entre abril de 1.987 a maio de 1.993 a outro órgão da administração pública, o que além de impossibilitar seus reclames contra a ora Reclamada, caracteriza a plenitude da solércia da qual imbuiu-se a Autora ao intentar a presente ação.

2 - DO INDEFERIMENTO DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE PROVAS

Reza o artigo 282 do CPC:

"A petição inicial indicará:

I - Omissis

IV - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

O CPC em vigor acolheu o princípio dispositivo, conforme se depreende da sua Exposição de Motivos.

O postulado de que a iniciativa das provas cabe exclusivemente à parte que alega o fato constitutivo do seu direito, constitui-se na mais acentuada característica do princípio dispositivo, cuja particularidade mais evidente é o ônus da prova.

Assim, se o sistema do CPC, em vez de dispositivo fosse inquisitório, não haveria falar em ônus da prova, pois que sua indicação caberia ao Juiz. Contudo, como adotado que foi o referido princípio no direito processual brasileiro, a atividade relativa à procura e a escolha dos fatos e suas correspondentes provas, compete, pois, à iniciativa exclusiva das partes.

Como cabe às partes indicar as provas que julgarem oportunas, tanto pior para elas se forem insuficientes.

O Reclamante diz textualmente em sua exordial que sucessivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais.."

A simples alegação de que a ora Contestante não teria efetuado sempre atempadamente aqueles pagamentos, sem estribação em qualquer tipo de prova, não detém o condão de alçar-se a plano de verdade irrefutável.

Ora, afirmar pura e simplesmente que notoriamente vem a Reclamada se atrasando na prestação salarial e indicar aleatoriamente, a seu talante, datas fictícias, é por demais vago, é imprecisão escandalosa que absolutamente não se presta a nenhuma orientação judicial tendente ao acolhimento do postulado.

A suma do pedido específico, pagamento de juros moratórios, atrai a necessidade da indicação precisa, taxativa, que dê exatidão sobre o interstício da inadimplência, sobre o tempo do atraso, somente se afigurando a desincumbência desse mister, nos termos da lei, pela apresentação da documentação correspondente, que no caso se constituiria dos próprios holerites mensais, onde estariam lançadas as datas dos pagamentos, provas que não foram coligidas pelo Reclamante.

Definitivamente não há falar notoriedade. Ora, datas são datas. As datas em que os pagamentos teriam sido efetivados não admitem sofismas, incorruptíveis que são pelo simplório fato de marcarem elas, as datas, com precisão inconspurcável, o nosso ano civil, o nosso exercício financeiro e comercial.

A nossa vida não prescinde de datas. Até mesmo a palenteologia, que mergulha nas entranhas dos séculos e seculórios já nos traz a data em que o ornitorrinco passou à condição de mamífero, a data em que o homem ficou ereto, quantos anos tinha o tiranossauro rex na data do cataclismo que extinguiu a sua espécie.

Inadmissível, pois, se dê credibilidade formal às "datas" declinadas na exordial como as em que se deram os pagamentos dos salários do Reclamante, pois as informações insólitas em que se baseiam não têm o efeito de traduzí-las especificamente assim como pretendido, e muito menos o poder de sequer sugerir o dever processual da Reclamada em rebatê-las com a anteposição de outras datas.

A parte, como suso abordado, não pode instilar no julgador, por deficiência calculada de informações e provas, robustas e inconcussas, dúvidas acerca da extensão do que pleiteia, pena de ter a vindicação indeferida, como há de ser a presente, por obviamente inimputável ao órgão judicante o exercício de ilações, conjecturas e adivinhações para a melhor prestação jurisdicional, segundo os também melhores princípios de equidade e justiça.

Constituido-se os recibos de pagamento de salários documentos comuns às partes, indiscutivelmente caberia à que vindica em juizo com fundamento neles a sua exibição, revelando-se essa omissão inexistência até mesmo de início de prova, aqueles adminículos que ensejam ao demandado contrapor-se eficazmente ao postulado.

O *notório* atraso no pagamento dos salários, segundo a candente afirmação do autor, muito bem pode ter ocorrido, se é que ocorreu, em épocas alternadas, em períodos descontínuos, como também pode ter se verificado em primórdios da relação laboral que já engolfados pelo vórtice inexorável da prescrição.

O mero arrazoado não é suficiente para provar um fato, surge a imprescindibilidade da prova da existência desse fato. Não coligí-la, é exporse ao látego implacável do INDEFERIMENTO, mercê da sabedoria do brocardo segundo o qual o que não está nos autos, não está no mundo!

Tal assertiva encontra eco no artigo 333 da Lei Instrumental Civil, que prescreve, verbis:

Art. 333 - O ônus da prova incumbe.

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.

É entendimento unânime das Egrégias Juntas de Conciliação e Julgamento desta Capital, que postulações à feição de presente, desarmadas de instrumentos probatórios estão fadadas ao desconhecimento, à improcedência, ao indeferimento da formulação.

Logo, face à absoluta ausência de provas que corroborem a alegação de atraso nos pagamentos dos salários, cujo ônus à Autora incumbia, impossibilitando a realização da cognição pelo Juízo, requer-se a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 267, I e 329 do CPC, a extinção do processo sem julgamento do mérito no que se refere a esses pedidos.

3 - INEPCIA DA INICIAL - DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DOS DISSÍDIOS COLETIVOS 94/95, 95/96 e 96/97.

Insuscetível de apreciação o pleito a esse título, eis que ineptamente não se dignou a Reclamante a indicar quais índices dos citados dissídios coletivos foram inadimplidos, limitando-se "simploriamente" a nominá-los na presente ação.

Deve o processo, nesse particular, ser julgado extinto pela flagrante inépcia da inicial.

NO MÉRITO

1 - DOS RECOLHIMENTOS SUPOSTAMENTE INADIMPLIDOS - FGTS

Relativamente ao perído em que esteve licenciada e obviamente mantendo outro emprego, isto é, de abril de 87 a maio de 93, nada foi devido à Reclamante em termos de obrigações trabalhistas, especificamente quanto ao FGTS.

Outra prova cabal da solércia da Autora e que vem a comprovar sua vinculação a outro emprego no período supracitado está consignada na exordial item I, 1, onde pode-se notar que a mesma afirma existir ausência de recolhimentos para meses alternados ao longo de diversos períodos. Todavia, após o mês de maio de 1.987, e até o mês de maio de 93 não excetua a reclamante qualquer mês em seu pedido, aqueles que lhe seriam devidos a título de FGTS.

É óbvio que a Reclamante assim deveria proceder, uma vez que consciente de que a Reclamada não poderia ter efetuado depósitos em seu beneficio na mesma conta vinculada que outro órgão já depositava.

Concernentemente às cópias dos extratos que fez juntar à inicial, os mesmos nada provam além de que a Reclamada efetivamente fez o recolhimento dos depósitos devidos nos meses em que constam os recibos colacionados.

Além disso, improcede totalmente o pleito no que concerne aos depósitos fundiários para o período em que não esteve suspenso o Contrato de Trabalho da Reclamante, como a seguir se demonstrará.

- DO ACORDO DE PARCELAMENTO

Conforme se comprova pela inclusa documentação, a Reclamada celebrou Acordo de Parcelamento com o órgão gestor, a Caixa Econômica Federal, em 20 de dezembro de 1.993, através do qual se convencionou o pagamento da dívida que a Reclamada mantinha relativamente aos depósitos fundiários dos seus servidores.

Dito Acordo possibilitou reescalonasse a Reclamada o débito mantido perante o Fundo, até a data da sua celebração, que se reportou a alguns períodos de atraso verificado exclusivamente após o ano de 1.986, sendo curial que abrangeu a totalidade daquelas pendências, pois não seria razoável supor-se que se excluísse dele eventuais resíduos. Foi desse mesmo Acordo cláusula inclusive de expressa resolução, que obrigava à Reclamada também à completa integralização dos depósitos às contas vinculadas dos titulares na hipótese de demissão.

- DA CLÁUSULA DE GARANTIA

Pelo motivo da liquidação da Reclamada, visante à sua extinção, viu-se ela na contingência da total integralização do débito apurado ante a inevitabilidade da dispensa dos seus empregados, o que realmente foi feito conforme se comprova pelo documentos que vão junto ao presente (guias de recolhimento).

Tal medida veio a atender a imposição da cláusula oitava daquela contratação, que prescrevia a obrigação da Reclamada em recolher de uma só vez, **e integralmente**, os depósitos a que cada empregado seu fizesse jus por ocasião da rescisão contratual.

Como se vê mesmo do Termo de Rescisão Contratual firmado pelo Reclamante, foi-lhe paga inclusive a quantia referente à multa pela dispensa sem justa causa, aquela mesma a que se refere o parágrafo lo do artigo 18 da Lei 8.036/90.

Ora, essa penalização, que ascendeu a R\$ 5.322,60, naturalmente que teve por base o valor total que constituía o crédito do Reclamante a título de FGTS, apurado e diretamente depositado à sua conta junto à Caixa Econômica Federal, obviamente também levantado por ele mercê de servir o próprio Termo de Rescisão àquele fim, por constituir-se igualmente em Autorização para Movimentação do Fundo.

Por outro lado para a inteira constatação da total regularidade da Reclamada quanto aos depósitos fundiários, foram remetidos oficios às instituições bancárias gestoras, no caso o Banco Cidade S/A, Banco do Estado de Mato Grosso S/A e Caixa Econômica Federal, no sentido do fornecimento dos extratos analíticos daquelas Contas dos seus funcionários, inclusive a Reclamante, conforme se comprova pelas cópias que vão instruindo a presente, cuja resposta até a presente data não foi obtida.

Nada portanto deve a Reclamada ao autor a título de FGTS, devendo, por medida de justiça, também esse pleito ser julgado totalmente improcedente.

2 - DA PRESCRIÇÃO

a) O celebérrimo Acordo Coletivo que fez originar os pretensos direitos declinados na inicial foi ajustado para vigir de 1º. de maio de 1.990 a 30 de abril de 1.991.

O interstício prescricional referido pelo inciso XXIX do artigo 7o. da Constituição Federal operou-se *pleno jure* em detrimento dos interesses do Reclamante quanto à sua pretensão em ter os próprios salários majorados com base nos índices acordados, relativamente aos meses de março, abril e maio de 1.991.

Ora, o cumprimento daquele Acordo dar-se-ia através de prestações sucessivas, mes a mes, cujos efeitos perdurariam numa projeção de cinco anos, ao final do qual expiraria até mesmo a admissibilidade de deduções que pleiteassem direitos que lhes sobejassem.

Ao aforar o pedido versando apenas no mês de novembro, indiscutivelmente o vórtice irresistível da prescrição, ministro da morte do *jus postulandi* que a desídia pretende eternizar, já havia sorvido eventuais direitos atribuíveis ao Reclamante nos meses antecedentes, aqueles mesmos relativos a março, abril e maio de 1.991, pleiteados na exordial.

Isto posto, o pedido não se legitima a prosperar, fulminado irretorquivelmente que está pelo fenômeno da prescrição, a qual deverá ser declarada judicialmente.

b) Ao versar sobre o pedido de juros e correção monetária sobre salários pagos em atraso, o postulante olvidou-se de que a prescrição se operara em relação aos meses de janeiro a novembro de 1.991.

Assim, requer-se à Ilustre Junta que declare a incidência do instituto mencionado sobre o pedido do pagamento de juros referentemente ao período até novembro de 1.991.

Ainda que se entenda pelo deferimento desse pleito quanto ao período infenso à prescrição, necessário seja ignorado o período atingido pela suspensão do contrato de trabalho da Reclamante, que como suso arguido e

provado se estendeu até o mês de maio de 1.993, quando, como já dito, não lhe eram devidos salários.

2 - DA INCORPORAÇÃO DAS DIFERENÇAS

A Autora postulou a "incorporação definitiva" dos índices de reajustes do Acordo Coletivo "aos meses subsequentes".

Pertine esclarecer, para que não progridam controvérsias nesses autos, que quaisquer eventuais deferimentos deverão ter como limite a data de 30 de abril de 1.992, data da expiração da validade do ACT 90/91.

Assim, as reposições e todos seus efeitos, reflexos e consequencias, ficam adstritos ao período máximo de dois anos após a celebração do ACT /90, qual seja, até o dia 30 de abril de 1.992. A partir desta data, além de ser legalmente sem fundamento a expectativa de incorporações fulcrada no ACT esvaziado de validade temporal, passou a viger novo acordo, o qual, até a presente data, não foi fustigado por quem quer que seja, e que possui, até prova em contrário, plena higidez, inclusive para o efeito primário de compor livre e coletivamente novas bases salariais.

3 - DO PEDIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA POR SALÁRIOS EM ATRASO.

O Reclamante afirma na exordial ser credor de "juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso."

Ora, apenas na imaginação do autor existem determinações no art. 147 da CE impondo o pagamento de correção monetária e multa por salários pagos em atraso. O dispositivo legal invocado impõe tão somente o pagamento de **juros**, pelo que improcedentes os pedidos relativos aos demais encargos não recepcionados pelo dispositivo invocado.

4 - DA INEXISTÊNCIA DE MULTA-ACT

Contrariamente ao afirmado pela autora em sua exordial, não existe disposição convencional estipulando multa por atraso nos pagamentos de salários, pelo que improcede o pedido a esse título.

5 - DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO COM RELAÇÃO À MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT.

A Reclamante postula seja-lhe paga a importância relativa à multa pelo alegado atraso no pagamento das verbas rescisórias.

Não se-lhe deferirá tal pleito, porquanto atempadamente lhe tenham sido realmente pagos os valores rescisórios, aqueles mesmos constantes do respectivo Termo de Rescisão, por ela subscrito e devidamente homologado pelo Sindicato pertinente, sem qualquer ressalva nesse particular. (doc.).

Ora, o invocado artigo 477 do Diploma Consolidado diz, textualmente, verbis:

"Artigo 477

1° Omissis

6° O pagamento das pasrcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação, deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.

Tendo sido a Reclamante previamente dispensada em 30 de junho, foi a sua rescisão contratual homologada pelo Sindicato respectivo em 03 de julho, até anteriormente mesmo ao efetivo término do seu contrato de trabalho.

Assim, inincidíveis as cominações previstas naquele dispositivo, devendo, por isso, ser essa postulação julgada improcedente.

Face ao exposto, a Reclamada requer finalmente que nestes termos e nos melhores de direito, deverá ser a presente contestação recebida e afinal julgada provada para o efeito de acolher-se as preliminares arguidas, ou ainda adentrando o mérito, pela procedência das razões expostas para julgar totalmente improcedentes os pedidos da inicial, condenando-se o autor nas custas e demais cominações legais, como de direito.

Protesta pela produção de todos meios de provas em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal do Reclamante e oitiva de testemunhas.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 20 de fevereiro de 1.997



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

Processo nº 1.896/96

50

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - Em Liquidação, já devidamente qualificada nos autos de RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move CECI CAMPOS, e que têm curso por essa digna Junta e Secretaria, vem à presença de Vossa Excelência requerer se digne mandar juntar aos mesmos o incluso instrumento de mandato.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 02 de novembro de 1.996

Newton Ruiz da Costa e Faria OAB/MT 2.597

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO 1ª JCJ - CUIABÁ MT R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES



27/11/96

NOT.N°: 02.885

(RECLAMADO)

PROCESSO N°:

1.896/96.

RECLAMANTE

CECI CAMPOS

RECLAMADO

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

Fica V.Sa. NOTIFICADO(A) de que nos autos do processo em epígrafe, o MM.Juiz Presidente proferiu despacho, cujo teor é o seguinte:
Desp. de fls. 64. Vistos, etc. Retire-se o feito de pauta e inclua-se na pauta de iniciais do dia 18/12/96 às 13:40 horas. Intimem-se as 'partes , com as cautelas de praxe.

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em

Diretor de Secretaria

02,12,96

Responsaval - Protocole CODEMAT

Ante Casios dos 3. Desectos



PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO 1ª JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.Nº: 000084

(ADVOGADO DO RECLAMADO)

09/01/97

PROCESSO Nº: 1.896/96. RECLAMANTE CECI CAMPOS

RECLAMADO CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

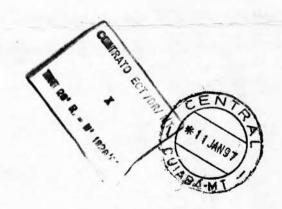
Fica V.Sa. NOTIFICADO(A) de que nos autos do processo em epígrafe, o MM.Juiz Presidente proferiu despacho, cujo teor é o seguinte: Desp. de fls. 66. Inclua-se na pauta do dia 20/02/97 às 13:55 horas, com as cominações anteriores. I. as partes.

> CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em / 10/1976

> > Diretor de Secretaria



RECEBI Responsával - rro.ocolo copemat



CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO A/C Dr(a): NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA-2597/MT CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO CBA-MT CPA

CODEMAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - Em liquidação.

Cuiabá, 19 de fevereiro de 1.997.

Oficio nº 000055 /97.

Senhor Desembargador:

A fim de instruir os autos de Reclamação trabalhista nº 1.896/96, que tramita na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento - Cuiabá-MT, em que é Reclamante a srª CECI CAMPOS e Reclamada esta Companhia, solicito informar com a máxima urgência possível, se a referida senhora foi ou é servidora desse Órgão, em que período e sob quais condições (concursada, comissionada ou contratada pela CLT).

Sem mais para o momento, renovamos os nossos protestos de estima e consideração.

JOSÉ BOTELHO GONGULVES DO PRADO LIQUIDANTE

Ilmo. Sr.

Desembargador LICÍNIO CARPINELLI STEFANI

DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

N E S T A

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO

25/08

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO

1ª JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.No: 05.754

(ADVOGADO DO RECLAMADO)

14/08/97

PROCESSO Nº: 1.896/96.

RECLAMANTE CECI CAMPOS

RECLAMADO CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

Fică V.Sa. NOTIFICADO(A) de que nos autos do processo em epígrafe, o MM.Juiz Presidente profériu despacho, cujo teor é o seguinte: Desp.de fl.222: Vista ao reclamado.Cbá,14.08.97.

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 15/01/94

Diretor de Secretaria

Maria Helena de Morae

RECEBI

18,08,177

Responsával - Protogolo CODEMAT

CONTRATO ECT /DR/ MT

X

TRT 28' R. - Nº 1828/98

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO A/C Dr(a): NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA-2597/MT NENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO



Copia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA EGRÉGIA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ

Processo nº 1.896/96

25.00 115.4 50 042584

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, já devidamente qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move CECI CAMPOS, vem à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls., 222, manifestar-se sobre a emenda procedida pela autora, o que faz da forma abaixo articulada.

Inicialmente, a Reclamada traz aos autos certidão expedida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, conforme informado em sede de Contestação, fls. 122, e que demonstra que, como arguido naquele petitório, ocorreu a suspensão contratual pelos diversos anos em que a Reclamante esteve vinculada contratualmente com o citado órgão.

Realmente, como se vê do daquele citado documento, no período de tempo compreendido entre 24.02.87 a 13.09.93, a Reclamante esteve legalmente afastada das suas funções perante a Reclamada, não lhe assistindo, portanto, quaisquer direitos trabalhistas referentemente a esse período.

Concernentemente à emenda procedida pela Reclamante, de fls. 222/223, a mesma em absolutamente nada vem socorrer a Autora no sentido de elidir a flagrante inepcia que faz natimorto aquele petitório, no que concerne aos alegados instrumentos coletivos supostamente inadimplidos, para os períodos 93/94, 94/95, 95/96 e 96/97.

Com efeito, apesar da oportunidade concedida pelo juízo no sentido específico de que a Autora adequasse seus pedidos ao artigo 282 do CPC, a mesma incidiu nas mesmíssimas falhas que inquinaram de eiva de inépcia a sua peça exordial.

Em nenhum momento esclareceu-se quais dispositivos daquelas avenças coletivas supostamente teriam sido inadimplidas, quais reajustes teriam sido descumpridos etc, tornando inespecífico o pedido e obstando a defesa por parte da Reclamada bem como a formação de juízo de conhecimento por parte da MM. Junta, devendo, portanto ser definitivamente extinto o processo pela manifesta e incontornada inépcia da inicial.

No que pertine ao FGTS, tema sobre o qual a Reclamante expendeu mais a fundo suas razões, e merecedor do maior inconformismo da mesma, a Reclamada faz juntada dos extratos fornecidos pelo órgão gestor, a CEF, a seu pedido, conforme aduzido na exordial, ex-vi de fls. 204/211.

Tais extratos demonstram cabalmente a plena integralização dos depósitos fundiários devidos à Reclamante, em duas contas-correntes abertas pela Reclamada, quais sejam, as de nº 028824 e 0124033.

Demonstra-se, pelos documentos citados, que a Reclamante, por ocasião da resilição contratual, possuía depósitos que ascendiam à quantia de R\$ 9.256,84, quantia essa que somada ao valor de R\$ 5.914,91, sacado pela Reclamante durante a vigência contratual, redundaram em R\$ 12.022,45. Tal quantia, por sua vez somada com R\$ 1.284,05, pagos na rescisão, totalizou o valor base de R\$ 13.306,50, sobre o qual aplicada a multa de 40%, resulta em R\$ 5.322,60, exatamente o valor pago e consignado no TRCT.

A plenitude da adimplência da Reclamada quanto às suas obrigações fundiárias mais resulta do fato de servir os extratos ora trazidos à colação de correspondência bastante ao período em que esteve a Reclamante no exercício da sua função perante os quadros daquela, descontados aí o tempo em que esteve ela afastada por cedência a outro órgão da administração estadual, conforme sobejemante comprovado.

Requer-se, pois, seja refutada a petição inicial, por não se adequar definitivamente às normas processuais em vigor, até mesmo à celetada, que prima pela informalidade.

Termos em que, Pede Deferimento

Cuiabá, 25 de agosto de 1 997

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA OAB/MT Nº 2.597 OTHON JAIR DE BARROS OAB/MT Nº 4.328

PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO

1ª JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.Nº: 06.372

(ADVOGADO DO RECLAMADO)

24/09/97

PROCESSO Nº:1ªJCJ/1.896/96

NMR.SIEx :

00000/00

RECLAMANTE CECI CAMPOS

RECLAMADO CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

Fica V.Sa. NOTIFICADO(A) de que nos autos do processo em epígrafe, o MM.Juiz Presidente proferiu despacho, cujo teor é o seguinte:

Desp. fl. 226: Inclua-se na pauta de instrução para o dia 10.12.97 às 14:15 horas, intimando-se as partes, sob pena de confissão. Cbá, 28.08.97. Benito Caparelli - Juiz Presidente.

CONTRATO EBCT/DR/MT X

TRT23 REG. Nº 1823/93

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 25/09/97; 5° feira

CLEUNICE MARQUES DA SILVA

RECEBI Responsável - Protocolo CODEMAT

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO A/C Dr(a): NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA-2597/MT CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO CPA

CONTRATO ECT/DR/ MT

TRT 20' R. - N' 1828/5:

PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO 1ª JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.Nº: 07.529

(RECLAMADO)

16/12/97

PROCESSO Nº: 1ªJCJ/1.896/96

NMR.SIEX: 00000/00

RECLAMANTE CECT CAMPOS

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO RECLAMADO

Fica V.S. NOTIFICADO(A) da decisão proferida nos autos do processo em epígrafe. constante da cópia anexa.

Ata de fl.245: Ausente a reclamada, Prejudicada a segunda proposta conciliatória, Para julgamento adia-se para o dia 26.01.98, às 16:00 horas. Ciente a reclamante. Nada mais. Benito Caparelli - Juiz Presidente.

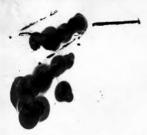
> CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em

> > MARTA HELENA DE MORAES

CONTRATO EBCT/DR/MT TRT23ªREG. Nº1823/93

Responsaval - Protocolo conemar

IDENTIFICAÇÃO				01 Carlmbo padroniza	ado do CGC
DENTIFICAÇÃO 22 Empregador CODEMAT— 4 Endereço	CIA DES DO I	ST DE MATO GR	03 Código OSSO 6756	C03 474	053/0001-
PALACIO	PAIAGUAS - I	LOCO SEPLAN		CODE AT -	Companhia de Dec Jsos de Mato Gro
78050870	Bairro C P A	07 Município CUIABA	OB UF	Centro Pelli	ico Administrativo . (
os Banco	10 Agência	J/UF	11 Cổd. Agência	T	CEP. 78.070
12 Empregado	**	IABA/MT		CUIABA	
CECI (CAMPOS	Igo empregado	I Data and I I	13 Carteira de Trabaih	143
14 PIS/PASEP 170032795 80 Maior remuneração	182	to very an all all	Data nascimento 17 Data a	18 Data ope 04.81 02.0	
1.526,63		so prévio 22 Pens. Alim. 23	Causa afastamento		24 Cod. saqu
	DAS VERBAS RESCISÓRIA		SEM JUSTA C	AUSA	01
25 Indenização Va	-deun-		i		
anos	1	26 Saldo de salários	Valor	27 FGTS-multa rescis.	
Aviso prévio	* * 5 *	29 Comissões	100	30	5.322,6
1 13º salário 06 /12 avos	762 21	32 Horas extras	•	TOTAL BRUTO	18.648,2
3 13º sal. Inden.	763,21	horas 34		DESCONTOS	1 -5
/12 avos		Gratificação		Previdência	105,3
dias		37 Adicional Insalubri- dade/periculosidade	8	38 Previdência 13º sal.	2 **** #
95/96 Ferias Vencidas	1.526,63	40 Adicional noturno	•	41	
Férias proporc, 03 /12 avos	201 66	43		Adlantamentos	1 2 mg
	381,66	L. PRÉMIO	8.244,18	IRRF	2.478,20
1/3 salário s/ lérias Sal. maternidade	1.125,90	46		47	
dias	4	49 FGTS-mês rescisão/	1.284,05	50 TOTAL LIQUÍDO RECEBIDO	15.980,68
Data de homologação	52 Carimbo e assinat	ura do emprendor/preposto	1 1 5	3 Impressão digital	54 Impressão digital
	1 1 10 0	otellito Prado	Mna Milia Mo	Empregado Siris Brits	Responsável legal
	0 /	4110		.7	
Assinatura do empregado	- KiQi	HOLLITE -	CODEMAT	Acompanhaites	
Storan	- Kiqi	HOANTE -	GODEMAT	Acompanhii ii ee	
Assinatura do empregado Assinatura do responsáve	- Kiqi	HOANTE -		Асотранкан на	
Storan	- Kiqi	HOANTE -		Асотранкан на	
Storan	- Kiqi	L	CODEMAT		
Assinatura do responsávo	- Liqu	TO THE -	CODEMAT	Acompanhaimea. Data recepção pelo Banco	
Assinatura do responsáve	- LIQI	HOANTE -	CODEMAT 58		
Assinatura do responsáve ECIBO DO FGTS Carimbo e assinatura auto	- Liqu	do Prado	CODEMAT	Data recepção pelo Banco	
Assinatura do responsáve ECIBO DO FGTS Carimbo e assinatura auto	orizada da empresa	HOANTE -	Mass Adda Alla	Data recepção pelo Banco	ia anência
Assinatura do responsáve ECIBO DO FGTS Carimbo e assinatura auto	orizada da empresa	do Prado	See Jalla Alla	Data recepção pelo Banco	
Assinatura do responsáve ECIBO DO FGTS Carimbo e assinatura auto Sacador - Nome CECI C: /alor do saque - Depósitos	al legal Orizada da empresa Ose G. Fotellust AMPOS 62 Juros e	do Prado	SALLS ALLS ALLS ALLS DIVISION OF PARTY	Data recepção pelo Banco	ia anência
Assinatura do responsáve ECIBO DO FGTS Carimbo e assinatura auto Gacador - Nome CECI Ci /alor do saque - Depósitos	orizada da empresa	do Prado	58 Sign Division de Roy of Action of	Data recepção pelo Banco	ia anência
Assinatura do responsáve ECIBO DO FGTS Carimbo e assinatura auto Gacador - Nome CECI Ca	Prizada da empresa Osé G. Fotellett AMPOS 62 Juros e	Correção monetária 66 Assinatura do sacado	58 Super August	Data recepção pelo Banco	ia anência
Assinatura do responsáve ECIBO DO FGTS Carimbo e assinatura auto Sacador - Nome CECI Ci /alor do saque - Depósitos	Prizada da empresa Osé G. Fotellett AMPOS 62 Juros e	Orreção monetária	58 Super August	Data recepção pelo Banco	ia anência
Assinatura do responsáve ECIBO DO FGTS Carimbo e assinatura auto Sacador - Nome CECI Ci /alor do saque - Depósitos	Prizada da empresa Osé G. Fotellett AMPOS 62 Juros e	Correção monetária 66 Assinatura do sacado	58 Super August	Data recepção pelo Banco	ia anência



RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA DE CONTRATO DE TRABALHO QUE FAZEM ENTRE SI A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT E A FUNCIONÁRIA CECI CAMPOS PORTADORA DA CARTEIRA DE TRABALHO Nº 39160 SÉRIE Nº 143, ADMITIDA EM 02/04/1.981, REGISTRO Nº 655 OPTANTE PELO F.G.T.S, COM PASEP Nº 18011026254.

RESSALVAS APRESENTADAS NO ATO DA ASSINATURA DA RESCISÃO:-

- 1- IRREGULARIDADES APRESENTADAS NOS DEPÓSITOS DOS EXTRATOS DO F.G.T.S, CONSEQUENTEMENTE NAS DEVIDAS CORREÇÕES, DESDE A DATA DA ADMISSÃO.
- 2- QUESTINAMENTO NO VALOR CORRESPONDENTES AO SALÁRIO MENSAL RECEBIDO COM O DESCONTO DE 8% DO F.G.T.S DESDE A SUA ADMISSÃO, COMO PREVÊ A LEI.
- 3- FALTA DE OBSERVÂNCIA DO ART. 15 E ART. 22 DA LEI Nº 8.036 DE 11 /05/90.
- A)- OBRIGAÇÕES E SANÇÕES PREVISTAS NO DECRETO- LEI Nº 368 DE 19/12/1968.
- 4- RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA, SEM PERCEBER OS SALÁRIOS DOS MESES DE ABRIL, MAIO, E JUNHO DE 1996, E AINDA OS SEUS REFLEXOS.
- 5- CASO A RESCISÃO OCORRA APÓS 30 DIAS DA ASSINATURA DO AVISO PRÉVIO, DEVERÁ SER PAGA UMA MULTA CORRESPONDENTE A UM SALÁRIO PERCEBIDO DO MAIOR VALOR DO EMPREGADO DISPENSADO.
- 6- PAGAMENTO DA DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO DO TRABALHO DA 23^a REGIÃO SOBRE O DISSÍDIO COLETIVO ONDE FOI DEFERIDA A REPOSIÇÃO INTEGRAL DAS PERDAS SALARIAIS NO PERÍODO DE 1º DE MARÇO DE 1.994 Á 30 DE ABRIL DE 1.995.

APURADA DE 1º/03/1994 A 30/06/1994, SERÁ OBSERVADA A URV PARA O REAJUSTE, E A PARTIR DE 01/07/94 A 30/04/95 SERÁ OBSERVADO O IPCR.

CLÁUSULA 5° - FIXAR A VIGÊNCIA DA PRESENTE SENTENÇA NORMATIVA PARA O PERÍODO DE 1°/05/1995 A 30/04/1.996.

7- RESPEITABILIDADE DA AÇÃO TRABALHISTA QUE TRAMITA NA 1º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO NESTA CAPITAL , DO ACÔRDO COLETIVO DE TRABALHO - 1990/1991, ONDE A EMPREGADA REQUER OS BENEFÍCIOS CONSTANTES DO ACÔRDO COLETIVO E DO TÊRMO ADITIVO, DA PRESENTE AÇÃO.

lelo



- 8- EXPURGO DO F.G.T.S NA CORREÇÃO DE 180% ACRESCIDO DE JUROS, NO PERÍODO DO ENTÃO GOVERNO COLLOR, NA OMISSÃO DA CORREÃO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
- 9- DEVERÁ SER COMPUTADO 40% DO VALOR DEPOSITADO EM CONTA, DE TODO SAQUE FEITO PARA A CASA PRÓPRIA.

CUIABÁ, DE JULHO DE 1.996.

EMPREGADA:- LOCALINOS CECI CAMPOS R.G.N° 1184979-7.

EMPREGADOR:-

CODEMAT CGC N° 003.474.053 /0001- 32

TESTEMUNHAS:- 1)-

2)-

A BEMAT	AG		RATO	DE	CON	TA DO) F.C	a.T.S.	1
NOME DO EMPREGADO CECI DE CAMPO	S				№ CONTA F		MATRÍCULA		FOLHA 1
	9160-143	ADMISSÃO 02/04/	/81 OPÇÃO 02/0			0 0 0	OP	THE PERSON NAMED IN THE PERSON NAMED IN	ENTO
NOME DA EMPRESA CIA DESENV DO ENDEREÇO/CEP/CIDADE/UF.		GROSS				CÓDIGO 708-60	CGC/C	PF/INSCRIÇ	ÃO NO IAPAS
BLOCO DO G P	C PAL PAI		CUIA	9999 BA	9		- M	IT	

DATA	HISTÓRICO		VALOR
	SALDO ANTERIOR		0,00
29/08/86	DEPOSITO EM ATRA	SO ABRIL /86	811,52
29/08/86	JCM RECOLHIDOS		23,08
01/12/86	JCM CREDITADOS	0,078657	65,64
	DEPÓSITOS	JUROS E CORR. MONETÁRIA	TOTAL
SALDO DA CONTA	811,52	88 • 72	900,24

CHEQUE BEMAT - FIRME E FORTE. AMIZADE, NEGOCIOS E BASES PROFUNDAS.

NOME DO EMPREGA	BEMAT	AG. E)	(TRATO	DE	CONT	ra do	F.G.T.	S. 1
				N	ONTA FO	ITS M	ATRÍCULA	FOLHA
CECI DE					376-	71		1
Nº PIS/PASEP/CPF	CARTEIRA DE	SECTION SECTION AND SECTION SE	150	SAQUES NA	VIGÊNCIA D	O CONTRATO	SITUAÇÃO DA	CONTA
17003279	582 39160-	-143 D2/0				0.00	OPTAN	NTF
AGENCIA DEPOSITA			OPÇÃO		TAXA	OPÇÃO RETP	OATIVA AFAS	TAMENTO
CUIABA BI	DSQUE		02/0	4/81	3	00/00/	00 00/0	00/00-
NOME DA EMPRESA						ÓDIGO		CRIÇÃO NO IAPAS
CIA DESER	NV DO EST	MATO GROS	sso co	DEMAT			34740E	CHIÇAO NO IAPAS
ENDEREÇO/CEP/CID/	ADE/UF					- 00-0q	341403	3000132
BLOCO DO CPA	G P C PAL		CUIA	99999 BA)		- MT	
	MOVIN	1ENTAÇÃO	DAC	ATAC	IO SE	MEST	RE	
DATA	HISTÓRICO		State of the state			VALOR		
	SALDO AN	TERIOR						
04/03/87	JCM CRED		0,51	0075				900,24
01/06/87	JCM CRED	ITADOS	0,72					459,18
			-,					982,49
SALDO A	EPÓSITOS		UROS E COR	. MONETÁRIA	·	TOTAL		
DA CONTA		811,52			30,39	100000000		341.91

			-						
A BEM	AT AG	EXT	RATO	DE	CON	TA D	0 F.C	G.T.S.	1
NOME DO EMPREGADO CECT DE CAMP	os				№ CONTA F	10	MATRÍCUL	^	FOLHA 1
№ PIS/PASEP/CPF 17003279582	39160-143	ADMISSÃO 02/04/	81	SAQUES	NA VIGÊNCIA	0 , 00		ÃO DA CON	
AGÊNCIA DEPOSITÁRIA CUIABA BOSQU	JE		орçãо 02/0	4/81	TAXA	орçãо RE			TV 440.70
NOME DA EMPRESA CIA DESENV	O EST MATO	GROSS	50 CO	DEMAT		cóbigo 708-6	CGC/C 03474	PF/INSCRIÇA 0530	00 NO IAPAS
ENDERECO/CEP/CIDADE/UF. BLOCO DO G P CPA	C PAL PAI	78000	CUIA	9999 BA	9		- 1	4T	
	MOVIMENT	AÇÃO	DAC	ONTA	NO S	EMEST	rre	+	

DATA	SALDO ANTERIOR		VALOR	2.341,91
01/09/87	JCM CREDITADOS	0,385779		903,45
01/12/87	JCM CREDITADOS	0,333697		1.082,96
SALDO DA CONTA	DEPÓSITOS 811,52	JUROS E CORR. MONETÁRIA 3 • 516 • 80	TOTAL	4.328,32

A'A BE	MAI.	AG	• 1	-7	[N	CONTAF		MATRÍ	CULA	F	OLHA 1
E DO EMPREGADO CI DE CA IS/PASEP/CPF 100327958 INCIA DEPOSITÁRIA JIABA BOS ME DA EMPRESA IA DESEN DEREÇO/CEP/CIDAD	2 3916 QUE 1 DO E	ST MATO		02/0	SAQUES NA	376- VIGÊNCIA TAXA 3	71 0,0 0,0 0,0	RETROA	O QO	ASTAMENTO /	NTO
LOCO DO (PA	S P C	VIMEN	10000		ABA		EME	STR	- MT		
01/03/88 01/06/88	SALDO	O ANTER CREDITA	IOR DOS	0.5	80458 42020			VALOR		2.5	28,32 12,40 91,87
SALDO DA CONTA	DEPÓSITOS	8	11,52	JUROS E	CORR. MON	TARIA 0 • 42 1	,07	TOTA	L	11.	232,5

***	EMAT	AG. E	XTRATO	DE	CON	TA D	O F.G	.T.S.	1
NOME DO EMPREGA	0.70	***************************************		1	ONTA F	in investigation	MATRÍCULA	FOL	_HA
CECI DE C					376-				1
Nº PIS/PASEP/CPF	CARTEIRA DE		ÃO	SAQUES NA	VIGÊNCIA	DO CONTRA	TO SITUAÇÃ	O DA CONTA	
170032795		-143 p2/0				0,00		TANTE	
AGÉNCIA DEPOSITÁR	RIA		OPÇÃO		TAXA	OPÇÃO R	ETROATIVA	AFASTAMENTO)
CUIABA BO	SQUE		02/0	4/81	3	00/00	/00 d	0/00/00)-
NOME DA EMPRESA CIA DESEN		MATO GRO	sso co	DEMAT		CÓDIGO 708-6		7/INSCRIÇÃO N 0530001	
ENDEREÇO/CEP/CID/									
BLOCO DO	G P C PA		S O CUIA	99999 BA	9		- M	г	
		MENTAÇÃ	O DA C	ONTA	NO S	EMES	TRE		
DATA	HISTÓRICO			m wateries		VA	LOR		
	SALDO A							11.232	59
01/09/88	JCM CRE		0,80	2378				9.012	78
01/12/88	JCM CRE	DITADOS	1,01	7847				20.606	,68
	DEPÓSITOS		JUROS E COF	RR. MONETÁR	NA	то	TAL		
SALDO DA CONTA		811,52		40.0	040,5			40.852	05
	CHEQUE		- FR	ME E ASES		TE.			

	EMAT	AG.	XTRATO	DE	CON	TA D	0 F.C	G.T.S.	1
NOME DO EMPREGAL	00			N	CONTA FO	STS	MATRÍCULA	1	FOLHA
CECI DE C	AMPOS				376-				1
Nº PIS/PASEP/CPF	CARTEIRA	DE TRABALHO ADMIS	SÃO	SAQUES NA	VIGÊNCIA I	O CONTRA	TO SITUAÇ	ÃO DA CONTA	١.
170032795	82 3916	0-143 02/	04/81			0.00		TANTE	
AGÉNCIA DEPOSITÁF	RIA		OPÇÃO	Mental Service W	TAXA	OPÇÃO RE	TROATIVA	AFASTAME	OTA
CUIABA BO	ISQUE		02/0	4/81	3	00/00	/00 C	0/00/	00-
NOME DA EMPRESA						CÓDIGO	CGC/C	PF/INSCRIÇĂ	O NO IAPAS
CIA DESEN	IV DO ES	T MATO GR	osso co	DEMAT		708-6	03474	05300	0132
ENDEREÇO/CEP/CID/									
BLOCO DO CPA	GPCP	AL PAIAGU 780	AS OO CUIA	99999 BA	· 			11	
	MOV	IMENTAÇÃ	ODAC	ONTA N	10 51	EMES	TRE		
DATA	HISTÓRICO					VAL	OR.		
	SALDO	ANTERIOR						4	0,85
01/03/89	JCM CR	EDITADOS	0,87	9083					5,91
01/06/89	JCM CR	EDITADOS	0.47	2621					6,27
SALDO 🛦	DEPÓSITOS		JUROS E CO	RR. MONETÁR		10	TAL		
DA CONTA		0,81			112,2	2		11	3,03
	CHEQU AMIZADE,		- FIF	ME E ASES		TE.	i.		

**					DE	CON	TA I	00 F	.G.T.S.	1
CECI DE C						10 CONTA FO	733370	MATRÍC	ULA	FOLHA 1
№ PIS/PASEP/CPF 170032795	682 3916	ADMISSÃO 02/04/	81	SAQUES NA	A VIGÊNCIA I	O O O OPTANTE				
AGÉNCIA DEPOSITÁR CULABA BO				орçãо 02/0	4/81	TAXA	AXA OPÇÃO RETROATIVA AFASTAMEN			
NOME DA EMPRESA CIA DESEN	IV DO ES	T MATO	GROSS	0 CO	DEMAT		CÓDIGO 708-	6034	740530	ÃO NO IAPAS 00132
ENDEREÇO/CEP/CID/ BLOCO DO CPA		AL PAI	AGUAS 78000	CUIA	9999 BA	9		_	МТ	
	MOV	/IMENT	AÇÃO	DA C	ATNO	NO SI	EMES	STRE		
01/03/89 01/06/89	SALDO JCM CR JCM CR	EDITA	oos	0,87				VALOR		13,03 35,91 36,27

CHEQUE BEMAT - FIRME E FORTE.
AMIZADE, NEGOCIOS E BASES PROFUNDAS.

0,81

JUROS E CORR. MONETÁRIA

TOTAL

630,18

630,99

DEPÓSITOS

SALDO DA CONTA

	BEMAT	AG. E	XTRATO	DE	CON	TA D	0 F.G.T	.s.
NOME DO EMPREGA	NDO			IN	° CONTA F	GTS T	MATRÍCULA	I FOLHA
CECI DE	CAMPOS			- 1"	376-		MATRICULA	FOLHA
Nº PIS/PASEP/CPF	CARTEIRA DE	TRABALHO ADMISS	ÃO	SAQUES NA	VIGÊNCIA	DO CONTRA	O SITUAÇÃO D	A CONTA
17003279	582 39160	-143 h2/0	4/81		22			
AGÊNCIA DEPOSITÁ	RIA	12 02/0	OPÇÃO		TAXA	O O O RE		NTE ASTAMENTO
CUIABA B	DSQUE		02/04	/01	3	The second second	Service south active at the property	
NOME DA EMPRESA			02704	701	13		/00 do/	
CIA DESE	NV DO EST	MATO GRO	sso con	EMAT		CÓDIGO		SCRIÇÃO NO IAPAS
ENDEREÇO/CEP/CID	ADE/UF.	MATO ONO	330 600	CMAI		108-6	0347405	3000132
BLOCO DO	G P C PA	PATAGUA	S	99999				
CPA			O CUIAB					
							<u> - MT</u>	
	MOVI	/ENTAÇÃ	D DA CO	NTA N	IO SE	MEST	RE	
DATA	HISTÓRICO					T VALO		
	SALDO AN	TERTOR				1	Zn.	12-20-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00
01/01/90	JCM CREE		0,539	201				630,99
01/02/90	JCM CREE	ITADOS	0,564	200 950				340,28
01/03/90	JCM CREE	ITADOS	0,732			1		548,71
01/04/90	JCM CREE	ITADOS	0,847	745				.112,71
01/05/90	JCM CREE	ITADOS	0,002	466			2	-231,84
01/06/90	JCM CREE	ITADOS	0,056					11,99
				.,,				275,02
In	EPÓSITOS		upos s sos	rr2				
SALDO DA CONTA			JUROS E CORR.	MONETARIA		TOTA	L	
		0,81		5.1	50,7	3	5.	151.54
	CHEQUE	BEMAT .	- FIRM		FOR	TE.		

A BEMA	IT AG		RATO	DE	CON	TA D) F.(G.T.S.	1
NOME DO EMPREGADO CECI DE CAMPO	os				№ CONTA F		MATRÍCUL	`	FOLHA 1
№ PIS/PASEP/CPF 17003279582	39160-143	ADMISSÃO 02/04/	81	SAQUES	NA VIGÊNCIA	O O OO		TANT	
AGENCIA DEPOSITARIA CUIABA BOSQUI	E		0PÇÃO 02/0	4/81	TAXA	OPÇÃO RE		AFASTAN	
NOME DA EMPRESA CIA DESENV DO	D EST MATO	GROSS	o co	DEMAI		código 708-6			ÃO NO IAPAS 00132
BLOCO DO G P		AGUAS	C117.A	9999	99				

DATA	HISTÓRICO		VALOR
	SALDO ANTERIOR		5.151,54
01/07/90		0,098803	508,98
01/08/90		0,110633	628,24
03/09/90		0,108527	682,28
01/10/90		0,131283	914,91
19/10/90		CREDITO -DEPOSITO	19,08
19/10/90		CREDITO -JCM	74.006,26
01/11/90	JCM CREDITADOS	0,139904	11.459,43
SALDO .	DEPÓSITOS	JUROS E CORR. MONETÁRIA	TOTAL
DA CONTA	19,89	93.348,83	93,368,72

CHEQUE BEMAT - FIRME E FORTE. AMIZADE, NEGOCIOS E BASES PROFUNDAS.

A'A	EMAT	AG.	EXTRATO) DE	CONT	A DO	F.G.T.	S. 1
NOME DO EMPREGA	00			N	CONTA FGT	S M	ATRÍCULA	FOLHA
CECI DE C	AMPOS				376-7			1
PIS/PASEP/CPF	CARTEIRA DE	TRABALHO ADM	IISSÃO	SAQUES NA	VIGÊNCIA DO	CONTRATO	SITUAÇÃO DA	CONTA
170032795	82 39160	-143 b2,	04/81		1.72	7,78	OPTAN	TE
AGENCIA DEPOSITÁR	AIR		OPÇÃO		TAXA	OPÇÃO RETF	OATIVA AFAS	TAMENTO
CUIABA BO	SQUE		02/0	4/81	3 0	0/00/	00 00/0	0/00-
NOME DA EMPRESA						ÓDIGO		RIÇÃO NO IAPAS
CIA DESEN	V DO EST	MATO GI	ROSSO CO	DEMAT	7	08-60	3474053	000132
ENDEREÇO/CEP/CID/								
BLOCO DO	G P C PA	L PATAGE	JAS	99999	,		+	
CPA			000 CUIA		20		- MT	
	(52,400050 st. 2016							
	MOVI	MENTAÇ	ÃO DA C	1 ATNO	NO SE	MEST	RE	
DATA	HISTÓRICO		************		31.1011	VALOR	7	
	SALDO A	NTERIOR					109.	173,80
02/01/91	JCM CRE		0.19	6844				490,20
04/02/91				5064				794,48
01/03/91		DITADOS		2638				437,46
01/04/91		DITADOS		7675				807,95
02/05/91		DITADOS	10,000,000,000,000	1986				898,18
03/06/91		DITADOS		2587				573,14
10/06/91		DITADOS		3303				107,43
SALDO 🛕	DEPÓSITOS		JUROS E CO	RR. MONETAR	IA	TOTAL		
DA CONTA		19.8	9	224.7	262.75		224	282.64
	CHEQUE	BEMAT	- FI		FORT			

BEW.	AT A	G. EXT	RATO	DE	CONT	TA D) F.C	a.T.S.	1
NOME DO EMPREGADO CECI DE CAMPOS					376-71			FOLHA 1	
Nº PIS/PASEP/CPF 17003279582	39160-143		81	SAQUES	475.0	70,42	OF	TANT	E
AGÉNCIA DEPOSITÁRIA CUTABA BOSQU	JE		0PÇÃO 02/0	4/81		орçãо RE 00/00			
NOME DA EMPRESA CIA DESENVI	OO EST MAT	O GROSS	so co	DEMA		CÓDIGO 708-6	CGC/C	PF/INSCRIÇ 40530	ÃO NO IAPAS 00132
ENDEREÇO/CEP/CIDADE/UF BLOCO DO G I CPA		1 AGUAS 78000	CUIA	9999 BA	99		- 1	41	
CPA		78000	CUIA	BA				41	

DATA	HISTÓRICO		VALOR
	SALDO ANTERIOR		224.282,64
10/07/91	JCM CREDITADOS 0	,103706	23.259,45
12/08/91		,109904	27,205,86
09/09/91	SAQUE DE JCM - CASA	PROPRIA	-219.175,21
09/09/91	REGULARIZAÇÃO A DEB		-49.316,10
10/09/91		,132305	827,78
10/10/91		.181512	1.285,90
10/11/91		,232112	1.942,85
10/12/91	JCM CREDITADOS 0	,302390	3.118,59
SALDO A	JUROS JUROS	S E CORR. MONETÁRIA	TOTAL
DA CONTA	19,89	13.411,87	13.431,76

	BEMA'	<u>.</u>	AG		XTRA	го	DE	COI	NTA	A D	O F	G.T.	s.	
NOME DO EMPREGA	00							Nº CONTA	FGTS		MATRÍC	I II A	Te	DLHA
CECI DE C	AMPO	S						376			MATRIC	005	- 1	1
Nº PIS/PASEP/CPF		CARTEIRA DE 1	TRABALHO	ADMISS	ÃO	T	SAQUES	NA VIGÊNO			TO SITU	AÇÃO DA	CONTA	
170032799	82	9160-	143	02/0	4/81			742.				PTA		
AGÊNCIA DEPOSITÁR	RIA			P-1, -	OPÇ	ÃO		TAX			ETROATIV		STAMENT	0
CUIABA BO	SQUE				02/	04	/81	3				00/		
NOME DA EMPRESA							,			DIGO				
CIA DESEN	V DC	EST	MATO	GRO	sso o	00	FMAT					7405		
ENDEREÇO/CEP/CID/	ADE/UF.			0			CHA		1.,	00-0	424	1405	3000	132
BLOCO DO	G P	C PAL	PAT	AGUA	S		9999	9						
CPA					o cu	T A F						MT		
						_						М		
	- 1	MOVIN	IENT	AÇÃ(DA C	CC	NTA	NO S	EN	IES'	TRE			
DATA ·	HISTÓRI							11 and 11 AND 12 S. A.	100000		OR		-	
	SAL	DO AN	TERI	OR								12	421	76
10/01/92	JCM	CRED			0.2	75	161						431	
10/02/92		CRED					146						.695 .250	
10/03/92	JCH	CRED					984						215	
10/04/92		CRED					340						481	•
11/05/92		CRED					213						208	
10/06/92		CRED					273						994	
	- "				250							0.	• , , ,	, 73
15	- DAGIT -													
SALDO 1	EPÓSITOS				JUROS E	CORR	. MONETA	RIA		TOT	AL			
DA CONTA			19	,89			49.	259,	02			49	278	.91
A	CH MIZA	EQUE DE.	BEM NEGO	AT CIOS		RM BA	E E	5 334.55	RTE	NDAS	•		58	

*	EMAT	AG		RATO	DE	CON	ra d	0 F.G.	T.S.	1
NOME DO EMPREGAD	00					Nº CONTA FO	STS	MATRÍCULA	F	OLHA
CECI DE C						376-				_1
PIS/PASEP/CPF	CART	EIRA DE TRABALHO	ADMISSÃO		SAQUES N	IA VIGÊNCIA I	OO CONTRA	TO SITUAÇÃO	DA CONTA	
170032795		160-143	02/04/		6.	327.0	98,89		ANTE	
GÊNCIA DEPOSITÁR				OPÇÃO		TAXA			FASTAMENT	
CUIABA BO	ISQUE			02/04	/81	3	00/00	/00 do	100/0	0-
OME DA EMPRESA							CÓDIGO		INSCRIÇÃO	
CIA DESEN		ST MATO	GROS	so coo	EMAT		708-6	Q34740	53000	132
NDEREÇO/CEP/CID/										
BLOCO DO	GPC	PAL PAI			9999	9		2452		
CPA			78000	CUIAE	BA			<u> – MT</u>		
	MC	VIMENT	AÇÃO	DA CC	NTA	NO SI	EMES	TRE		
PATA	HISTÓRICO					- MEV-17	VAI	OR		7-1-1-1-1-1-1
	SALDO	ANTERI	OR					4	9.278	8 . 91
0/07/92	JCM (REDITAD	008	0,213	3152		1		0.503	
0/08/92	JCM (REDITAD	05	0,220					3.198	
10/09/92	JCM (REDITAL	os	0.253	3974		1		8.535	
10/10/92	JCM (REDITAD	005	0,272	2149				4.906	
10/11/92	JCM (CREDITAD	200	0,226					6.40	
10/12/92	JCM (CREDITAD	os	0,252	2445			3	6.056	78
×										
SALDO , D	EPÓSITOS		JL	JROS E CORF	R. MONETA	RIA	TO	TAL		
DA CONTA		19	,89		178.	867,1	4	17	8.887	,03
	CHE		AT -	F RA	1E E		TE.			

NOME DO EMPREGADO CECÍ DE CAMPOS				™ CONTA F	170-5117-02%	MATRÍCUL	A F	DLHA
	RA DE TRABALHO ADMISSÃ 60-143 02/0	4/81	SAQUES NA	VIGÊNCIA			ÃO DA CONTA PTANTE	1
CUIABA BOSQUE		02/0			OPÇÃO RE	TROATIVA	AFASTAMENT	o 0-
CIA DESENV DO E			DEMAT		CÓDIGO	CGC/CF	PF/INSCRIÇÃO N	IO IADA
BLOCO DO G P C I		S D CUIA	99999 BA)		- M	Т	
MON	/IMENTAÇÃO	DAC	NTAN	IO SE	MEST	BE		
LO/01/93 JCM CR LO/02/93 JCM CR LO/03/93 JCM CR LO/04/93 JCM CR LO/05/93 JCM CR LO/05/93 TRANSF	ANTERIOR REDITADOS REDITADOS REDITADOS REDITADOS REDITADOS REDITADOS A DEBITO/C	0,230 0,315 0,239 0,252 0,280 •E•F	5467 9518 2998 0364	SITO	VALC	1	78.887, 41.251, 69.446, 69.360, 90.812, 26.095, -19, 75.833,	17 33 70 42 85
SALDO DEPÓSITOS	0,00	UROS E CORR	. MONETÁRIA	0,00	TOTAL		0.	00



Departamento de Processamento da Cobranca - Deproc Atendimento a Ofícios Externos - Atendofic Fornecimento de Informações/Documentos - FGTS

São Paulo, 05 de junho de 1996 DEPROC/ATENDOFIC 1003/05

1. Solicitante

Srª Ceci Campos Rua 46 casa nº 765- Bairro - Boa Esperança 78068-480 - Cuiabá - HT

Att. Srª Ceci Campos

2. Sua Referência

Assunto:

OF . RECEBIDO

30 de maio de 1996

3. Dados identificativos do Solicitado

Empresa:

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT

Ceci Campos

Funcionário(s):

Observação:

4. Assinaturas

Caflos Savella Geregte de Departamento

Atendofic/FGTS 04/96

Elaine Barbieri Boarini

Assistente Técnica Administrativa

CECI, CAMP		16.051	02435	570	roun		
	95.82 143/	39160 00000	DATA ADM	812 102	07clo 5 07.0 /04/81	PCAO RETR	
CUIABA	SITAMA:	SITUAÇÃO OPTANTE		TAME OT AM	E-C00100		
CIA DES E		SO CODEMAT	003:474:053/0001-32				
ENDEREÇO	AIAGUAS CPA		CEP	CULAB	rediction of	MT	
		DVIMENTAÇÃO DA	CONTATIO	SEMESTRE	ed which		
31/12/84 30/08/85	SALDO ANTE	,		550.2	0,00		

	31/12/84 30/08/85 30/08/85 29/10/85 29/10/85 29/11/85 02/01/86	SALDO ANTERIOR DEPOSITO TRANSFERENCIA A CI TRANSFERENCIA A CI DEPOSITO OU'	TORICO L/85 ' REDITO - DEPOSITOS REDITO - JCH T/85 ' NDICE 0,3833220)	7,00 550.251,00 2.840.250,00 13.913.273,00 315.569,00 6.632.917,00
-	BALDO DA CONTA	3.706.070,00	20.546.190,00	TOTAL 24.252.260,00

MOVIMENTACAO REFERENTE AO ANO DE 1.995

10 MINE DE CONTA DE C

MOVIMENTACAO / 1986 - DOCUMENTO MICROFILMADO 2 BANCO CIDADE DE SAO PAPLO SAM EXTRATO DE CONTA DE FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO BARNET MITTALL IS MES NOME DO EMPREGADO CECI CAMPOS Nº DA CONTA NO F.G.T.S. 16.0515.02435.07 FOUNA Nº DOPLE PASE PACE CANT. TRABALHO UN. TRAB. DATA ADMISSÃO DATA OPCÃO 070 032.795.82 143/039160 00000 02/04/81 02/04/81 DT.OPÇÃO METR. AGENCIA DEPOSITAMA SITUAÇÃO DA CONTA Nº DA MAT.NA EMP. TAXA DT. AFAST. CODIGO NOME DA EMPRESA CIA DES ESTADO NT - CODENAT CG.C.C.F.F.MNSCRICAD NO 1.A.F.AS. 003.474.053/0001-32 CIDADE PALACIO PAIAGUAS CPA 78.000 CUIABA MT MOVIMENTAÇÃO DA CONTA NO SEMESTRE DATA VALOR 17.619.343,00 6.632.917,00 275.125,00 105.461,00 SALDO ANTERIOR 31/12/85 SALDO ANTERIOR

UCH CREDITADOS (INDICE 0,3833220)

DEPOSITO

JAN/86 /

JCM RECOLHIDOS

JCM CREDITADOS (INDICE 0,3292000)

COMMERSAO P / CRUZADOS - DL-2284

JCM CREDITADOS (INDICE 0,0066360)

SAGUE BE JCM - CASA PROPRIA

DEPOSITO ABR/86

DEPOSITO ABR/86

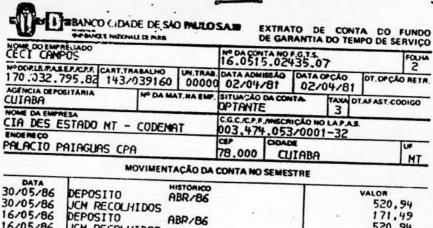
JCM RECOLHIDOS

DEPOSITO ABR/86

JCM RECOLHIDOS 02/01/86 28/02/86 28/02/85 28/02/66 28/02/86 03/03/86 7.983.843,00 9,00-160,94 11/03/86 30/05/86 30/05/86 30/05/86 30/05/86 ¥ 12.000,00-275,12 275,12 275,12 105.46 DA CONTA AIRAT BHOM PROC 9 SORM TOTAL

MOVIMENTACAO / 1986 - DOCUMENTO MICROFILMADO

FATRATO DE CONTA DE FUNDO LE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO



DATA 30/05/86 30/05/86 16/05/86 16/05/86 02/06/86 31/07/86 31/07/86 01/09/86 01/12/86	DEPOSITO JCM RECOLHIDOS DEPOSITO JCM RECOLHIDOS JCM CREDITADOS DEPOSITO JCM RECOLHIDOS JCM CREDITADOS	HISTORICO ABR/86 ABR/86 (INDICE 0,0284400) JUN/86 (INDICE 0,0497800) (INDICE 0,0786570)	VALOR 520,94 171,49 520,94 171,49 617,39 515,24 7,33 1.180,32 1.998,96
BALDO	01POSITOS	AUROSE CORR.MINETANIA	TOTAL 27.413,54
DA CONTA	6.363,67	21,048,87	

LADO AMP CRS

12.000,00

MOVIMENTACAO / 1986 - DOCLIMENTO MICROFILMADO



EXTRATO DE CONTA DE FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

2 MOVIMENTACAO / 1987 - DOCUMENTO MICROFILMADO BANCO CIDADE DE SAO PAULO SA B EXTRATO DE CONTA DE FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO MEMORI CUPANITE MEA E DO EMPREGADO DA CONTA NO F.Q.T.S. CECI CAMPOS 16.0515.02435.07

N°DOPLEPASEPICPA CART.TRABALHO UN.TRAB. DATA ADMISEÃO. DATA OPCÃO 170.032.795.82 143/039160 00000 02/04/81 02/04/81 OUW A CONTA TO DAY STUNCAO DE OPTANTE CGC/F/M CUIABA CIA DES ESTADO MT - CODEMAT 003.474.053/0001-32 ENDERECO PALACIO PAIAGUAS CPA 78.000 CUIABA MT MOVIMENTAÇÃO DA CONTA NO SEMESTRE HISTORICO SALDO ANTERIOR

JCH CREDITADOS (INDICE 0.0786570)

SAQUE DE JCH - CASA PROPRIA
JCH CREDITADOS (INDICE 0.5100750)
JCH CREDITADOS (INDICE 0.7227320) 01/12/86 01/12/86 17/02/87 02/03/87 VALOR 25.413.58 1.998.96 *12.000.00-7.861.55 16.820.93 DEPOSITO

JCM RECOLHIDOS

JCM CREDITADOS (INDICE 0.3857790)

JCM CREDITADOS (INDICE 0.3336970) 18/06/87 18/06/87 01/09/87 01/12/87 12.179.95 27.382.80 15.467.82 31.743.12 BALDO DA CONTA JUROL E CORR.MONETARIA TOTAL 18.543.62 108.325.09 126.868,71 SAQUE ACUMULADO AMP CZS 24.000 00 MOVIMENTACAO / 1987 - DOCLIMENTO HI CROFILMADO

Banco		0		M DA CONTA NO	11615	above the re-			Tram
ECI CAMPO				16.0515			07		
70.032.79	5.82 143/0		00000	02.04/		02/0	4/8	The second second	
UIABA		w wincu	A EMPRESA	SHOWCAD DA CO			3	DATA AFASTAME	M10 - CO
IA DES ES	TADO MT -	CODEMA	T	003.474	.053				
ALACIO PA	IAGUAS CPA			78.000	CU	IABA			нт
		MOVIMEN	TAÇÃO DA C	ONTA NO SEN	ESTRE				
01/12/87 01/12/87 01/03/88 01/03/88 1/03/88 01/06/88 01/06/88	SALDO ANTE JCH CREDIT JCH CREDIT DEPOSITO JCH CREDIT JCH CREDIT JCH CREDIT JCH CREDIT	RIOR IADOS (IADOS (IADOS (IADOS (IADOS (INDICE EZ/87 INDICE INDICE INDICE	0,6420 0,8023 1,0178	580) 200) 780) 470)			95.125 31.743 73.641 541 314 128.731 264.864 605.581	,12 ,96 ,79 ,49 ,86
BALDO DA CONTA	oteosnos 19	. 085,41	100000000000000000000000000000000000000	1.181.4		5 1014		200.543	, 96
SAQUE ACUP	OLADO AMP		24.0	00,00 NTO HI	CROF	ILMAI	00		

BancoCidade DE CONTA DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO DE MARIA DE CONTA DO FUNDO DE SERVIÇO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO DE CONTA NOTATO DE CONTA DO FUNDO DE SERVIÇO DE CONTA NOTATO DE CONTA DO FUNDO DE SERVIÇO DE CONTA DO FUNDO DE CON

BancoCidade

Amendment Comment Comment

Band	coCid	ade	And Berry Co. 1	acado su que Nosarek Tra - Bist			Funda de Tumbo de Tumpo de	Gererae
	_			-	~ FGTS			A
ECI CAMP	os			16.05	15.0	2435.0	,	١.
FR MADE		- Tradesites	Um Press	Di Aeres		0		BOLL
70.032.7	95.82 143			02/04	/81	02/0		
Agancia Dapusas		At bles	-	Search as	Cores		-10	Alexa Cod
UIABA.				OPTAN	TE_		34	5/10/70 1
	•			CGC CH	hereile	~ ~~~		
IA DES E	STADO DE	MT-CODE	MAT	003.4	74.0	53/000	1-32	10
					-			
PALACIO	PAIAGUAS	CPA		7800	-	UIABA		- H
2/01/90 2/01/90 1/02/90 1/03/90 2/04/90 2/05/90 1/06/90 2/07/90 1/08/90 3/09/90 1/10/90 5/10/90	SALDÓ AN JCH CRED JCH	ITADOS ITADOS ITADOS ITADOS ITADOS ITADOS ITADOS ITADOS ITADOS ITADOS ENCIA A	DEBITO	0.56 0.73 0.69 0.00 0.05 0.05 0.11 0.10	4950 2061 7745 2466 6398 8803 0632 8527 1283	0)	12	5.924,49 3.194,99 3.194,99 0.447.63 0.955,63 0.955,63 112,63 2.582,31 4.779,95 6.406,20 0.906,26
	Tra	nsfe	ranc	ia a	ao	Bena	at S	5/a
D			Boide d pie Menazo a	. Coma	7			
	0.00			0.00				

HOVINENTACAO / 1990 - CONTA EXPURGADA.

0.00 SALDO DISP JAM

0.00

0.00

CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MI

SALDO DISP DEP

TOTAL SALDO DISPONIVEL

117.23

37.27

51,12

188.14

120.86

27.51

244,97

46.96

118.49

15.13

117.40

12.08

108.85

121.32

123.91

122.25

129.05

124.41

121.05

30.51

442.68

1.875.01

8.95

7.80

5.93

3.95

2.53

1.12

----- EXTRATO DE CONTA VINCULADA --FV270696,0700 ----27/06/96 17:00:28 MT_/ MT C039796 PAG: 001 DE 006 : 03474053000132 CGC CIA DESENV EST MATO GROSSO CODEMAT ESTAB COD.ESTAB: 06756000007789 UNIDADE TRABALHO: 000000000000000 COD.EMPRG: 00000028824 NOME : CECI CAMPOS PIS/PASEP: 18011026254 CART.TRAB: 0039160-00143 MATRICULA: 00000000000 ADMISSAO : 02/04/81 OPCAO: 02/04/81 AFASTAM.: RETROACAO: 00/00/00 TIPO CONTA OPTANTE TAXA: 3% SAQUE NA VIGENCIA: 5.914.9 5.914.98 HISTORICO DATA VALOR SALDO ANTERIOR 1.047.33 10/06/95 CREDITO JAM 0.036461 38,18 10/07/95 CREDITO JAM 0.028936 31.41 10/08/95 CREDITO JAM 0.034847 38,92 10/09/95 CREDITO JAM 0.023356 26.99 10/10/95 CREDITO JAM 0.021814 25.80 10/11/95 CREDITO JAM 0.019047 23.02 10/12/95 CREDITO JAM 0.016888 20.80 10/01/96 CREDITO JAM 0.015899 19791 F10/02/96 CREDITO JAM 0.015023 19.11 10/03/96 CREDITO JAM 0.012115 15.64 10/04/96 CREDITO JAM 0.010625 13.88 10/05/96 CREDITO JAM 0.009079 11,99 77/06/96 DEPOSITO EM ATRASO JANEIRO/95 116.37 2/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA JANEIRO/95 46.65 7/06/96 DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO/95 124.93 46.86

07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA FEVEREIRO/95 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO MARCO/95 P07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA MARCO/95 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO ABRIL/95 07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA ABRIL/95 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO MAIO/95 07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA MAIO/95 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO JUNHO/95 07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA JUNHO/95 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO AGOSTO/95 07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA AGOSTO/95 P07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO SETEMBRO/95 07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA SETEMBRO/95 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO OUTUBRO/95 07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA OUTUBRO/95

07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO NOVEMBRO/95 7/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA NOVEMBRO/95 2/06/96 DEPOSITO EM ATRASO DEZEMBRO/95 /06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA DEZEMBRO/95 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO JANEIRO/96 P07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA JANEIRO/96 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO/96 07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA FEVEREIRO/96 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO MARCO/96 07/06/96 JAM RECOLH P/EMPRESA MARCO/96 07/06/96 DEPOSITO EM ATRASO ABRIL/96 07/06/96 DEPOSITO MAIO/96 CAXA ECONOMICA FEDERAL - M113.27 10/06/96 CREDITO JAM 0.008368

27/06/96 TRANSF. RECEBIDA P/FUSAO-DEP

P27/06/96 TRANSF, RECEBIDA P/FUSAO-JAM

25

SALDO DISP DEP 2.958.24 SALDO DISP JAM 3.149.30 TOTAL SALDO DISPONIVEL 6.107.54

-	Non-	18	and the second process of the second control of		Matrícula
)4	CECI CAMPOS Banco		247 02	001 020 Liq	30686
	30/06/93 032	CO1 C	011935 Desconte	72701	.766,30
٠	SALARIC BASE SERVI	39260.611.00 4711.273.00	IAPAS : 121"	រិកិច្ចិបិគីចិន្ទិះ	3021:473:00
1	OIF SALARIO DASE VI	36643.237.00 4397.188.00	1. P.RE110	C NA FON	9199.070.00
4	·				
4					
	Totais	85012.309.00			12310.543,00

	- Nome	T	L	otação	Matricula
CECI CAMPOS Ba	nco — Agência — r	N° do Che	247 C2	001 020	30686
31/07/93 032 Remuneração	001 Valor	001395		47590	.988,C0
SALARIO BASE	50523.911 6062.86	CC TAP	AKCIAL.	segures:	4243.931.0
		DE SO	ASSI RETID	STENCIAL	3031:434:9
				10	
	otais 56586.780	1-00			8995.792.0

4	CECI CAMPOS	9	247 C2 CC1 C20	Matricula
	30/0 9/93 03Z		026440 10 8.	939,54
	SALAFIC BASE SERVI	117.924.00 14.152.08	IAPAS TAL SEGUICE:	Valor
ı		*	CESC. ASSISTENCIAL	7:141:00
6				
	Totais	132.066.08		-27-144-54

	No	me		Lo	tação	Matrícula
204	CECI CAMPOS	A gAppaia	NO 4- 01	247 02	001 020	30686
	31/10/93 032 Remuneração	Agência — OO 1	003164	B Desconte	13	1quido ————————————————————————————————————
	SALARIO BASE SERV		1. R	ANCIAL.		Valor 10.816.56 288.00 5.852.00
335 0			*			
	Total	s 152.42	7,16			16.956,56

50.50

03	CECI CAMPOS	Nome	****		247	Lotação . ' C2 001		Mat
	31/01/94 0 	32 Banco	OD 1 Valor -	0180	11 3 34 3		417.	uido
4	SALARIO BASE.		423.81	5,00	TAPAS	AL SEGU		28.
					I. R.RE	TIDC NA	FON	27.
j								24
50								•
		Totais	474.672	? , 3c				- 57 .
	MEN C C D E M	Al	·v · ((*********************************			- TO THE POST OF		**************************************
103	CECI CAMPOS	Nome -			747	— Lotação —		— Matr
		Banco 32	CO1	C 2 8 0	C 561 9	02 001	Liqu	ido ————————————————————————————————————
	SALARIC BASE.	ŠĚŘŮĬ	5C1.550	9,59		scontos		Val
1			16.21			AL SEĞÜ		37.
1			•		I. R. RE	INDICAL.	FCA	25.
25	*							
,								
Ļ	COEEM	Totals	571.767	, 00				ac.
		A I			** *** *** *** **** *** ***			
003 [- Nome			100	-lotana-		
1		A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	Agência —	N° do		- Lotação — 12 001 0	20	- Matrice
	Remuneração		01 Valor0	38052	009			2,48
1 A	ALARIO RASE SE	ŘŸĬ	747.1	IA	PAS	Manage Book and the Care		- Valor
			104,6	10 1	NANCIAL	ŠĖĞŪRO.	s.	5
1				1.	P.RETI	00 NA F	N	3
438								
7								
13-0 02	CODEMA	otais	851,7	ī				
		I		-	1			89
3 CEC	I CAMPO S	ome	-		101	ação		
30/	C4/94 C32	1	ncia — N	° do Chec		CC1 020	T - M	atricula -
	- Remuneração	CCI	Valor 0480	04003	7	E-C-Cint	Liquido 1 - 628 ,	27
ČÎF	ARIO EASE URV MES ANTER	i	747:11	IAPA	Descontos			alor —
ADI	TENEC CE SERV			IAPA	S-FERIA	S		56.
4	CULT-LEKI	9	104,60 851,71	I. R	RETIDO	GURCS.		
				* • N • !	t	ERIAS.		33,
	24							
124 92 1 42	Totals C C E M A T	1.	810,39					
								182.1

03	CECI CAMPOS Data Banco Agência N° d			247	O2 001 020	Matricula 30686
	31/05/94 Remuneraç	03%	001 0	58070753		436,74
	SALARIE BAS DIF URV MES AD. TEMPC E APONG 1/3	SANTERI	747. 153. 164. 283.	60	ANT. FERIAS: AL SEGUROS:	Valor 851 • 7
3						
	1345 12 11 42	Totais	1.289.	15		852,4

CECI-CAMPOS	Banco	Agência	N ² do cheq	247 02	001	020	
3 C / Q6 / 94 Remuneração	032	oci	0680666				19,01
SALARIO PAS AD. TEMPO C	EANTERI		:11 FAR.		Segur	1	56,95 1,68 24,48
	Totals	502,	12				83.11

CECI CAMPO	S Banco	T—— Agència —————	N° do cheque	02 001 020	30686
31/07/94 Remuneraç	032	001 079	065100	Líquic E	316,96
SALAPIO BA		803,14 112,44		L SEGUROS	56,96 1,68
			I. R.RET	IDO NA FO	40,00
	Totals	915,58			

CECT CAMPOS	S		267	nz noi nzn	
31/08/94 Remuneraçã	325	O O 1	088059824		3
SALARIO BAS AD. TEMPO I DIF. SALARIO DIF. AD. TEMP			137 TAPASCIA		5 <u>.</u> 5 <u>.</u>
	Totals	1.012	, 44		11

0/09/94 Remuners (8)	032	001	098	127330	2 001 020 Liqu	.01,75
ALARIC BASE	ŜĒŘŸĪ	1.103		IAPAS FINANCIAL DESC. ASS I. R.RETI		56.94 2.70 11.03 85.00
DEFENDA A	Totals	1.257,				155,67

CEFENDA A VIDA. EVITE AS QUEIMADAS -FEMA-MI

CECI CAPF(31/1(/54	Banco	Agência	N* do cheq	247 02 0	CI CZC	Matricula
31 /1 (/ \$4 Remunera	032	001	10822031	1	l o l	114.78
àc. Tepfe	ie-servi	1 - 10 3 .		S NCIAL SE		56.94 2.70 83.00
	Totals	1.257,	42			142,64

CEC I CAMPOS Banco	Agència	1i' do cheque 247	02 001 020	3068 6
3 0/ 11 /94 032	001 1	18161C16	İ	1.120,43
13 SALARIO		42 IAPAS 1	3. SALARIO	786,94 80,00
ok.				
Totals	1.257,	42		136,94

CECI CAMPI Date- 30/11/94	032	Agência			Matricula — 3068
SALARIO BAD. TEMPO	ASE SERVI	Valor 1 • 268 • 4 177 • 5	A FINANCI	AL SEGUROS TIDO NA FO	Valor 56,99 2,7 120,0
	Totals	1.440,0	3		174

CECI CAMPOS Data——————————————————————————————————	Agência Nº	do cheque- 12 001 020	lauido 3
	001 123	119137	1.271,05
SALARIO BASE	1 262 45	Descontos	Valor
SALARIO BASE. SERVI	1199;53	IAPAS TINANCIAL SEGURUS	5
1		I. R.RETIDO NA FO	11
			1.1
		f	
Totals	1.440,03		
Totals	1.440.03		17

C EC I CAMPUS	Agénaia	247 C2 C01 02 Q	Matrícula
3 1/ 01 /95 032	001 01b	15 do cheque	Iquido3068
AD. TEMPBASE SERVI	1.263,45 177,56	Descontos	50,21 2,70 114,00
Totais	1. 44 6; 03		174,)8

CECI CAMPOS Band	CO Agânsia		do cheque 7 02	COL OZO	Matricula
28/02/95 032 ———Remuneração					301-10
SALARIO BASE. SER	vi 1.2	81.10 04.98	IAPAS FINANCIAL I. R.RETID	SEGUPOS	58.26 2.76 124.00
	j				
Tot	ais 1.4	86,08			184.98

CEC I DAGAMPOS Banco-	AgênciaN:	do cheque 47 02 0	01 02 0	atriculas 20686
31/ 03 /95 032	001 038	350750	1.000	.00
AN TAMENT G. FERIA		RET. PARCELA MI IAPAS	ŠŪROS AL.	58,28 58,28 58,28 2,70 42,70 124,00
Totais	2. 97 2, 16			972,16

	AgenciaNº do cheque 47 02	
S AL AF 10 BAS E SERVI A D. T EMPO DE SERVI D NO 1/3 C FEDERA I AN TAMENTO IS SA	Valor Descond 1. 28 1. 10 RET. PARCEL 204. 98 DE V. ADIANT 86 1. 93 FI NANCIAL 74 3. 04 I. R. RETID	A MENTO
Totals	3. 094. 05 A3 10 EN CIA EXILA NOTA	2.001,0

GARANTA SEU SALARIO EM DIA. EXIJA NOTA FISCAL.

Hemuneração	Votes	Nº do cheque 158591516 Desc		 quido
SALARIC BASE SÉRV.		PIF FINANCIAL FINANCIAL TICKET AL	SEGURUS. SEGURUS	7,2 9,9 200.00 129,00
Totais CARANTA SEU SA	1.486,0	8		346,10

CECI CAMPOS 30/09/95 032	Agencia N	247 02	Lotação	3068
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	701 0990		1.08	89,03
SALARIO BASE AD. TEMPO DE SERVI PARC.DIF.13 SAL/94		A SC-MENSAL I AP AS BAMERINDUS TICKET ALI	IDADE.	12 #81 91.59 200.00 95.00
GARANTA SEU SALARIU E	1.498,33 M DIA. EXIJ	A NOTA E		409.30

CEC1 CAMPOS 31/10/95 032	CO1 11CE	247 C do cheque 03C 881	2 CO1 C26	3 C 6 I
SZL/FIO BASE. AC. TEMPO CE SERVI	', ',	ASC-MENSA IAFAS BAMERINDU TICKET AL I. R.RETI	LI CACE.	Valor - 12,8 51,5 200,0
CAPANTA SEU SALARII	1.49 8, 23			The the same of the task production has a

	70		Lotecas	Matricula
CECT, CAMPOS		247 0	02 001 020	30686
30/11/95 032	001 118	172395	1.	086,03
SALARIO BASE AD. TEMPO DE SERVI		A SC-MENSA I AP AS	and the same of th	12:81 91:59
PARC.DIF.13 SAL/94	12,25	BAMERINDA TICKET AL I. R.RET	JS SEGURO IMENTACA IDO NA FO	200,00
				2.

GARANTA SEU SALARIO EM DÍA, EXIJA A NOTA FISCAL

ECI CAMPOS Data Banco Banco Bernuneração	001 128	33 67 57 Descri	1.1	110.03
ALARIO BASE- SERVI		A SC-MENSA I APAS		12:81
ARC.EIF.13 SAL/94	12,25	BAMERINDU TICKET AL I. R.RETI	S SEGURO I MENTACA DO NA FO	200.00 74.00

CEC I CAMPO 31/01/96	032	Agéncia — T	010	V do cheque	02 001 0		
Remunera		OOL	018	38 81 32	scontos	2.153,	73
SALARIO BA	SE SERVI	1.28	1:18	ASC-MENS	ALIDADE.	•	12:81
PARC-RET.M PARC-DIF.1	AR/ABR/M 3 SAL/94	1.070)• 70 2• 25	BAMERIND I. R. RET	US SEGUR IDO NA F	8	301.00
				*			
	Totals						

29/02/96 032	001 02843 9	247 02 001 020 cheque 015	3068 .510,10
SALARIO BASE. SERVI AD. TEMPO DE SERVI PARC.RET.MAR/AB/MA PAR C. DIF. 13 SAL/94		PAS PERSONAL IDADE. MERINDUS SEGURD R. RETIDO NA FO	91:88 91:88 78:00
GARANTA SETT SALADITA	1,702,40		192,30



CECI CAMPOS Banco .		Nº do che	247 C2	CO1 020	3C686
31/03/96 032	001	0385025		1	. 467,40
SALARIO BASE		31.10 ASC 30,60 TAF			12,81 91,59
PARC.RET.MAR/AB/MARC.DIF.13 SALAR	17	(8:45 BAL COL	ERINDUS T. SIND R.RETID	SEGURO ICAL O NA FO	42,70 76,00
	- le + 1				
Tota	le .				226.00

194,47

GARANTA SEU SALARIO EM DIA, EXIJA A NOTA FISCAL

PODER JUDICIÁRIO

TIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23° REGIÃO

MANDADO N°.:	06.735	RECLAN	(ADO		03/06/98
		CJ-1.		(6)	
RECLAMANTE	CECI CAMPOS				1016
RECLAMADO	CODEMAT CIA DE DESENVOL. I	O EST	. DE	MATO GROSSO	12,16
					29-
	MANDADO DE CITAÇÃ	, PEN	HORA	E AVALIAÇÃO	
FINALIDADE: Cita	r a pessoa física ou jurídica	abaixo	para	pagar no prazo de 48	horas a quantia de
R\$7.308,26 , dev	ida no processo conforme demon	strativ	oas	eguir, ou garantir a	execução.
	Crédito Bruto do Exequer	ite:	R\$	6.946,15	
	FGTS à Depositar	:			
	Honorários Advocatícios	•		202 22	
	Honorários Contábeis	•	R\$	300,00	
	Honorários Insalubridade Custas		R\$	62,11	
	TOTAL (em 31/03/98)		R\$	7.308,26	
	101112 (4111 02, 10, 10,				
OBS: Do crédito	do exequente acima discrimina	do, R\$	60,94	refere-se à parcela	devida ao INSS e
	ela devida ao IRRF.				
	ito a correção na data do paga				
O(A) executado(a) deverá comprovar nos auto	s, at	é 15	dias após a quita	ção do débito, o
	tributos acima mencionados.				
Não sendo pago	o débito ou garantida a execu	ção, p	mhore	e-se e avalie-se o(s)	bem(s) necessári
para a integral	quitação da divida.				
	de Justiça Avaliador auto				
	ste à autoridade competente, l				
qualquer dia ou	hora (art. 770, parag. único,	ia CLT,	e ar	t. 1/2, \$ 1° e 2°, ac	CPC).
7	dado por ordem do(a) Juiz(a) de			la SECRETARIA DE EXEC	UÇÕES, devendo ser
entregue para cu	mprimento a quem couber por di	stribui	ção.		
CUIABÁ, 3 de J	unho de 1998				
ORIGINAL A	SSINADO				
NADIA RAQUEL		-			
Chefe de Seção					
CODEMAT CIA DE	DESENVOL. DO EST. DE MATO	GROSS	0		
CENTRO POLÍTIC	O ADMINISTRATIVO-BLOCO DA I	EMA			
CPA		CUIA	BÁ -	MT	
	CERTIDÃO	DA IN	IMAÇÃ	0	
	NTIMADA:				
RG Nº .:		No .:			
CARGO OU FUNÇÃO:					
OFICIAL DE JUSTI	012/06/98 assinatura:		OBS		



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

AUTOS Nº 0585/98

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Presidente.

Cuiabá/MT, 26/05/98 (3ª feira)

Nádia Raquel da Silva Chefe de Seção

Vistos, etc...

Homologo os cálculos de fls. 276/284, fixando o valor do crédito bruto do exeqüente em R\$ 6.946,15, valores atualizados em 31/03/98, devendo ser observado o Provimento nº 01/96 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho no que tange às deduções e recolhimentos da contribuição previdenciária e IRRF se pertinente.

Honorários contábeis são arbitrados em R\$ 300,00. Custas processuais, atualizadas, importam em R\$ 62,11. Intime-se o exequente.

Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação. Após, remetam-se os autos à Seção Citação, Penhora e Solução de Incidentes da SIEx, com as cautelas de praxe.

Cuiabá, 26/05/98

Antonio José Machado Fortuna Juiz do Trapalho Substituto



CO

00

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA MM. SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SEÇÃO DE LIQ. E EXP. DE MANDADOS CUIABÁ-MT

Ref. Processo no: 1º JCJ 01.896/96- NMR SIEX: 0.585/98

MILTON JESUS NÓBREGA, perito designado por este MMO Juízo, conforme despacho de fls. 262, e novamente intimado na folha 273, para que faça retificação nos cálculos com relação a Contribuição Previdenciária, vem respeitosamente apresentar um novo parecer técnico em substituição ao anteriormente apresentado, com as retificações determinadas, referente ao processo em epígrafe, em que são partes:

Ceci Campos (Reclamante); e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. MATO GROSSO (Reclamado).

De acordo com os custos operacionais envolvidos na confecção dos cálculos, tempo gasto na digitação, gastos de deslocamento para compromisso, análise do processo, redação e cálculos, estima seus honorários em R\$ 694,61, colocando-se desde já ao inteiro dispor de V. Excia. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Cuiabá, 20 de maio de 1998.

MILTON JESUS NÓBREGA C. R. E. 1228/MT

LAUDO PERICIAL

1) IDENTIFICAÇÃO E DADOS AUXILIARES DO PROCESSO:

Processo nº: 1ª JCJ 01.896/96- NMR SIEX: 0.585/98 de Cuiabá/MT

Partes: Ceci Campos (Reclamante) e

CODEMAT - CIA. DE DESENVOLV. DO EST. MATO GROSSO

(Reclamado)

Admissão: 02/04/1981

Demissão: 03/07/1996

Período de Afastamento voluntário: 13/04/1987 a 02/05/1993

Ajuizamento: 06/11/1996

Data Base de Cálculo: 31/03/1998

Remuneração p/ cálculo: R\$ 1.526,63

2) RESUMO DA SENTENÇA (fls. 247 a 255):

Data da sentença: 26/01/1998;

Dispositivo: Procedente em parte, conforme resumo a seguir:

- as diferenças do FGTS não estão incluídas nos cálculos tendo em vista que foi determinado que se fizesse os depósitos na conta da Reclamante;
- correção monetária dos salários quitados em atraso, cuja apuração deverá ser feita com base nos dados indicados na petição inicial, observando-se a prescrição acolhida e excluir o período de afastamento voluntário;
- multa do Art. 477, § 8° da C.L.T.;
- juros e correção monetária na forma da lei.
- Custas processuais R\$ 60,00

LAUDO PERICIAL - NOTAS EXPLICATIVAS:

Em relação a metodologia aplicada na confecção do presente Laudo Pericial, tem a esclarecer o seguinte:

PROCESSO N°: 1.896/96 - 1° JCJ DE CUIABÁ/MT. - SIEX N° 585/98

RECLAMANTE : CECI CAMPOS

RECLAMADA: CODEMAT-CIA. DE DESENV. DO EST. MT

QUADRO 01 - MORA SALARIAL

MÉS ANO	REMUNERA- ÇÃO	DATA PGTO	MORA SALARIAL	CORREÇÃO PAGA	DIF. DE MORA SALARIAL	COEFICIENTE ATUALIZA- CÃO	TOTAL/R\$
05/93		18/06/93	0,00	0,00	0,00	0,00000000	0,00
03/33		10/00/23	0,00	0,00	0,00		
06/93	72.701.766,00	19/07/93	6.985.399,79	0,00	6.985.399,79	0,00003659	255,60
07/93	47.590.988,00	16/08/93	3.473.405,96	0,00	3.473.405,96	0,00002807	97,50
08/93	47.590,99	20/09/93	5.144,38	0,00	5.144,38	0,02105140	108,30
09/93	108.939,54	19/10/93	11.684,55	0,00	11.684,55	0,01563765	182,72
10/93	135.467,60	18/11/93	15.087,09	0,00	15.087,09	0,01145364	172,80
11/93	266.078,14	23/12/93	38.880,38	0,00	38.880,38	0,00841190	327,06
12/93	211.373,25	18/01/94	26.710,03	0,00	26.710,03	0,00614905	164,24
(=) Sub To	otal						1.308,22

(=) Sub Total	1.308,22
(+) TR de Março/98 (0,8995%)	11,77
(=) Sub Total	1.319,99
(=) Sub Total	1.319,

(+) Juros de 1% ao mês de 06/11/1996 a 31/03/98 = 510 dias (17,00%)	224,40

⁽⁼⁾ Total atualizado até 31/03/1998 1.544,39

Proc. SIEX 585/98

^{*} Parcelas indenizatórias, sem incidência de Imposto de Renda.

- a) A correção monetária relativo aos atrasos na quitação de salários à Reclamante, foi calculada apurando-se o líquido a receber, tomando-se como fonte os "holleriths" juntados ao processo, e se restringiu ao que foi relacionada na petição inicial.
- b) As diferenças fundiárias não estão incluídas no presente, por ter sido determinado que a Reclamada fizesse os depósitos na conta vinculada da Reclamante, e oferecesse as guias para saque.
- c) Os coeficientes de atualização utilizados foram os constantes na tabela de atualização do mês de março/98, da Seção de Cálculo e Liquidação Judicial, do TRT 23ª Região, há uma atualização até 28/2/98 e a seguir atualiza-se até 31/3/98, através da TR de março/98, cujo percentual é de 0,8995%, também constante da referida tabela.
- d) A Contribuição Previdenciária foi calculada observando-se o Decreto nº 2173/97, art. 68, § 4º, o quadro 5, nas páginas 7 e 8, discrimina mês a mês o valores devidos, considerando os tetos de contribuição na competência e compensando-se os valores já pagos, conforme se verifica nos documentos que estão inclusos no processo nas folhas 34, 55 a 62.
- e) O Imposto de Renda foi calculado conforme tabela progressiva regulamentada pela Receita Federal e vigente nesta data, e que no presente, as verbas tributadas não ultrapassam o valor máximo de isenção que é de R\$ 900,00, não havendo assim imposto a ser retido.

f) Total bruto devido à Reclamante em 31/3/98	R\$	6.946,15
INSS	R\$	60,94
Imposto de Renda na Fonte	Isc	ento
Total líquido devido à Reclamante em 31/3/98	R\$	6.885,21

g) Custas Processuais atualizadas até 31/3/98...... R\$ 62,11

Cuiabá, 20 de maio de 1998

MILTON JESUS NÓBREGA C. R. E. 1228/MT PROCESSO Nº : 1.896/96 - 1º JCJ DE CUIABÁ/MT. - SIEX Nº 585/98

RECLAMANTE : CECI CAMPOS

RECLAMADA: CODEMAT - CIA. DE DESENV. DO EST. MT

QUADRO 02 - MORA SALARIAL

MÊS ANO	REMUNERA- ÇÃO	DATA PGTO	MORA SALARIAL	CORREÇÃO PAGA	DIF. DE MORA SALARIAL	CORFICIENTE ATUALIZA- CÃO	TOTAL/R\$
01/94	417.575,60	21/02/94	75.425,82	0,00	75.425,82	0,00434746	327,91
02/94	491.517,45	21/03/94	91.827,47	0,00	91.827,47	0,00310844	285,44
03/94	751.607,04	25/04/94	206.783,03	0,00	206.783,03	0,00219136	453,14
04/94	2.300.336,29	16/05/94	279.461,88	0,00	279.461,88	0,00150124	419,54
05/94	878.170,59	13/06/94	79.769,68	0,00	79.769,68	0,00102516	81,78
06/94	819,01	14/07/94	25,94	0,00	25,94	1,91951321	49,79
07/94	816,96	15/08/94	8,38	0,00	8,38	1,82765261	15,32
08/94	894,50	14/09/94	21,46	0,00	21,46	1,78951448	38,40
09/94	1.101,75	17/10/94	30,80	0,00	30,80	1,74690570	53,80
10/94	1.114,78	21/11/94	33,91	0,00	33,91	1,70338257	57,76
11/94	2.386,87	25/01/95	88,10	0,00	88,10	1,65503888	145,81
12/94	1.271,05	23/03/95	77,12	0,00	77,12	1,60881599	124,07
(=) Sub To	otal						2.052,76

⁽⁼⁾ Sub Total 2.071,22 (+) Juros de 1% ao mês de 06/11/1996 a 31/03/98 = 510 dias (17 00%) 352.11

Proc. SIEX 585/98

(+) TR de Março/98 (0,8995%)

18,46

⁽⁺⁾ Juros de 1% ao mês de 06/11/1996 a 31/03/98 = 510 dias (17,00%) 352,11 (=) Total atualizado até 31/03/1998 2.423,33

^{*} Parcelas indenizatórias, sem incidência de Imposto de Renda.

PROCESSO N° : 1.896/96 - 1° JCJ DE CUIABÁ/MT. - SIEX N° 585/98

RECLAMANTE : CECI CAMPOS

RECLAMADA: CODEMAT - CIA. DE DESENV. DO EST. MT

QUADRO 03- MORA SALARIAL

MĒS ANO	REMUNERA- ÇÃO	DATA PGTO	MORA SALARIAL	CORREÇÃO PAGA	DIF. DE MORA SALARIAL	COEFICIENTE ATUALIZA- CÃO	TOTAL/R\$
01/95	1.271,05	22/02/95	45,72	0,00	45,72	1,57570569	72,04
02/95	1.301,10	09/05/95	95,94	0,00	95,94	1,54703754	148,42
03/95	1.000,00	02/06/95	77,51	0,00	77,51	1,51225862	117,22
04/95	1.810,00	02/06/95	72,60	0,00	72,60	1,46158969	106,11
05/95	1.139,98	28/06/95	53,68	0,00	53,68	1,41562300	75,99
06/95	1.139,98	09/08/95	50,40	0,00	50,40	1,37591011	69,35
07/95	1.139,98	26/09/95	70,98	0,00	70,98	1,33595828	94,83
08/95	1.139,98	23/10/95	55,28	0,00	55,28	1,30204648	71,98
09/95	0,00		0,00	0,00	0,00	1,27727626	0,00
10/95	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00000000	0,00
11/95	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00000000	0,00
12/95	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00000000	0,00

(=) Sub Total	755,94
(+) TR de Março/98 (0,8995%)	6,80
(=) Sub Total	762,74
(+) Juros de 1% ao mês de 06/11/1996 a 31/03/98 = 510 dias (17,00%)	129,67
(=) Total atualizado até 31/03/1998	892,41

^{*} Parcelas indenizatórias, sem incidência de Imposto de Renda.

Proc. SIEX 585/98

PROCESSO N°: 1.896/96 - 1° JCJ DE CUIABÁ/MT. - SIEX N° 585/98

RECLAMANTE : CECI CAMPOS

RECLAMADA : CODEMAT - CIA. DE DESENV. DO EST. MT

QUADRO 04 - CÁLCULO DA MULTA ART. 477 DA C.L.T

(+) Multa do Art. 477 da C.L.T. devida em Julho de 1996		1.526,63
(=) Atualização pelo coef. julho/96	1,15746928	1.767,03
(+) TR de março de 1998 = 0,8995%		15,89
(=) Sub Total		1.782,92
(+) Juros de 1% ao mês de 06/11/1996 a 31/03/98 = 510 dias (17,00%))	303,10
(=) Total atualizado até 31/03/1998		2.086,02

^{*} Parcelas indenizatórias, sem incidência de Imposto de Renda.

QUADRO 05- CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - INSS

Mits	MORA SAL. A RECEBER	TETO DE CONTRIB.	PAGO	DIF. INSS	COEF. ATUALIZ	VALOR CORRIGIDO
jun/93	6.985.399,79	3.021.473,00	3.021.473,00	0.00	0,00003659	0,00
jul/93	3.473.405,96	4.243.931,00	4.243.931,00		0,00002807	0,00
ago/93	5.144,38	4.944,90		502,61	0,02105140	10,58
set/93	11.684,55	8.641,50	8.641,50	0,00	0,01563765	0,00
out/93	15.087,09	10.816,56	10.816,56	0,00	0,01145364	0,00
nov/93	38.880,38	13.512,04	13.512,04	0,00	0,00841190	0,00
dez/93	26.710,03	16.487,07	16.875,19	0,00	0,00614905	0,00
	Soma a transp	ortar				R\$ 10,58

..... Continuação do Quadro de cálculos do INSS

MÊS	MORA SAL.	TETO DE	INSS	DIF. INSS	CORF.	VA	LOR
	A RECEBER	CONTRIB.	PAGO	A PAGAR	ATUALIZ	COR	RIGIDO
	De transporte					R\$	10,58
jan/94	75.425,82	28.899,20	28.899,20	0,00	0,00434746		0,00
fev/94	91.827,47	37.641,22	37.641,22	0,00	0,00310844		0,00
mar/94	206.783,03	56,95	56,95	0,00	0,00219136		0,00
abr/94	279.461,88	56,95	56,95	0,00	0,00150124		0,00
mai/94	79.769,68	56,95		7.793,50	0,00102516		7,99
jun/94	25,94	56,95	56,95	0,00	1,91951321		0,00
jul/94	8,38	56,94	56,94	0,00	1,82765261		0,00
ago/94	21,46	56,94	56,94	0,00	1,78951448		0,00
set/94	30,80	56,94	56,94	0,00	1,74690570		0,00
out/94	33,91	56,94	56,94	0,00	1,70338257		0,00
nov/94	88,10	56,94	56,94	0,00	1,65503888		0,00
dez/94	77,12	58,28	58,28	0,00	1,60881599		0,00
jan/95	45,72	58,28	58,28	0,00	1,57570569		0,00
fev/95	95,94	58,28	58,28	0,00	1,54703754		0,00
mar/95	77,51	58,28	58,28	0,00	1,51225862		0,00
abr/95	72,60	58,28	-	7,26	1,46158969		10,61
mai/95	53,68	83,27	-	5,37	1,41562300		7,60
jun/95	50,40	83,27	-	5,04	1,37591011		6,93
jul/95	70,98	83,27	-	7,10	1,33595828		9,49
ago/95	55,28	91,59			1,30204648		7,20
SOMA DO I.N.S.S. DEVIDO CALCULADO MÊS A MÊS						R\$	60,40
(-) Atua	lização até 31/0	3/98 pela TR d	e Março/98 (0,89	95%)		RS	60,94

OBS.: O INSS foi calculado observando-se o teto de contribuição da competência e compensando com os valores já descontados e devidamente comprovados através de documentos que estão nos autos nas folhas de nºs. 34, 55 a 62.

QUADRO 06 - IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

(+) Total Tributável do Quadro 01	0,00
(=) Total Tributável	0,00
(-) INSS a abater	0,00
(=) Base de Cálculo *	0,00

^{*} O reclamante está isento, por que não atingiu a base de cálculo mínima (R\$ 900,00).

Proc. SIEX 585/98



RECLAMANTE : CECI CAMPOS

RECLAMADA: CODEMAT - CIA. DE DESENV. DO EST. MT

QUADRO 07 - RESUMO DE CÁLCULOS

1.544,39
2.423,33
892,41
2.086,02
6.946,15
60,94
6.885,21

QUADRO 8 - ATUALIZAÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

Data da sentença e estipulação das custas	2	26/01/98
Valor	R\$	60,00
Coeficiente mês 01/98:	1,00446100	
Valor Atualizado até 28/2/98	R\$	60,27
Atualização até 31/03/98 TR 03/98 = 0,8995%	R\$	60,81
Juros calculados de 26/01/98 a 31/03/98 = 64 dias	R.S	1,30
Total até 31/03/1998	R\$	62,11

Milton Jesus Nobrega

CRE 1228-MT

Proc. SIEX 585/98

Advagado Hein

do adimpremento, o mesmo cuja declaração por meio deste ato também se requer a este inclito juizo. (lei=7.089,95 Termos em que, Pede deferimento. *pôñ Cuiabá, 26 de outubro de 2000. *p0^ NEWTON RUIZ DA COSTA-F FARIA -- OTHON IAIR DE BARROS OAB/MT N° 4.328 OAB/MT 2.597 atualização Mraim princ. 3/10/198 +11.650,50 1253 a 8/ 1 0BS: dif Ral 5.1346722 vor. mon . p 2.270,63 data: 01/06/96 VL. OFIGINAL Ceci lampos 31/03/98 30/11/98 o lettima at. 6.946,15 prine +7839,90 60,94 550 63,61 lands hom: 1.544,39 + 2.423,33 TETO DE contassistiQues 892,41 - MULTS ART. 477 2.086,02 -1085 a desc

= 60,94

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÃO DA JUSTIÇA TRABALHISTA DE CUIABÁ – SEÇÃO E CITAÇÃO, PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES

Processo nº 585/98

A COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, e CECI CAMPOS, Reclamada e Reclamante respectivamente a figurar nos autos à epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito, expor e requerer o quanto segue.

Que compuseram-se as partes no sentido de pôr fim à presente lide, pelo que a Executada se propõe a pagar e a Exequente concorda em receber, através de repasse a ser efetuado perante o Banco do Brasil, por Ordem Bancária a crédito da mesma, no prazo improrrogável de 24 horas após a assinatura do presente acordo, pela totalidade dos créditos que lhe são devidos na execução que se processa nestes autos, a importância líquida de R\$ (.....), já descontados os importes relativos ao IRRF e ao INSS.

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal e do imposto de renda incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-lo nos autos até o dia 15 do mês subsequente ao do vencimento.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

Nesses termos, requerem a essa digna Secretaria, seja o acordo homologado, com a consequente outorga à Reclamada da mais plena e integral quitação, uma vez cumprido, de todos os consectários advindos da extinta relação de emprego, decretando-se a extinção do presente feito e a sua remessa ao arquivo após ser procedida a competente baixa na distribuição.

Pedem Deferimento

Cuiabá/Mt., 26 de outubro de 2000



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÃO DA JUSTIÇA TRABALHISTA DE CUIABÁ – SEÇÃO E CITAÇÃO, PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES

Processo nº 585/98

A COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, e CECI CAMPOS, Reclamada e Reclamante respectivamente a figurar nos autos à epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito, expor e requerer o quanto segue.

Que compuseram-se as partes no sentido de pôr fim à presente lide, pelo que a Executada se propõe a pagar e a Exequente concorda em receber, através de repasse a ser efetuado perante o Banco do Brasil, por Ordem Bancária a crédito da mesma, no primeiro dia útil após a assinatura do presente acordo, pela totalidade dos créditos que lhe são devidos na execução que se processa nestes autos, a importância líquida de R\$ 5.456,02 (Cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e dois centavos) já descontados os importes relativos ao IRRF e ao INSS.



Referentemente ao recolhimento do INSS, adotam as partes, in totum, o valor constante do laudo da lavra do ilustre perito nomeado pelo Juízo, devidamente homologado pelo mesmo, no montante de R\$ 60,94 (sessenta reais e noventa e quatro centavos).

Deverá a executada, ainda, proceder aos recolhimentos do INSS, cota do empregado e patronal e do imposto de renda incidentes sobre o acordo, no prazo legal, e comprová-lo nos autos até o dia 15 do mês subsequente ao do vencimento.

A falta de comprovação do recolhimento previdenciário acarretará a execução correspondente, na forma do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

Nesses termos, requerem a essa digna Secretaria, seia o acordo homologado, com a consequente outorga à Reclamada da mais plena e integral quitação, uma vez cumprido, de todos os consectários advindos da extinta relação de emprego, decretando-se a extinção do presente feito e a sua remessa ao arquivo após ser procedida a competente baixa na distribuição.

Pedem Deferimento

Cuiabá/Mt., 20 de novembro de 2000,

EXECUTADA - SIDNEY DERANTE

Diretor-Rresidente

EXEQÜENTE

Advogada em Causa Própria

ADVOGADO – OTHON/JAIR DE BARROS ØAB/MT 4328